

Proc. Administrativo 2.238/2025

De: Adriana S. - SEMSUP

Para: SEMAD-SP - Setor de Planejamento

Data: 11/03/2025 às 13:38:34

Setores envolvidos:

SEMSUP, SEMAD-SP, SEMAD

Requisição 29 - Material de pintura

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR: R\$ 300.000,00

—
Adriana C. Sluzovski
administrativo

Anexos:

A_ETP987933_000034_2025_1_.pdf

B_TERMO_DE_REFERENCIA.docx

B_TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

C_MR987933_000023_2025.pdf

D_PESQUISA_DE_PRECOS.pdf

E_DECLARACAO_DE_ORDENADOR_DE_DESPESA.pdf

F_REQUISCAO_29_material_de_pintura.pdf

Estudo Técnico Preliminar 34/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Os prédios, bens e espaços públicos municipais de Ubitatã estão sujeitos a degradação ao longo do tempo, seja por desgaste natural ou necessidade de reparos. A manutenção destes locais exige o uso de materiais de pintura e afins, como tintas, pincéis, solventes, entre outros, para preservar a infraestrutura e garantir a segurança e bem-estar dos usuários, contribuindo para a:

Preservação do Patrimônio: A manutenção adequada dos prédios, bens e espaços públicos municipais contribui para a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, valorizando a identidade local e proporcionando um ambiente mais agradável para a comunidade.

Segurança e Qualidade de Vida: A manutenção regular dos espaços públicos garante a segurança dos usuários, evitando acidentes causados por estruturas deterioradas. Além disso, ambientes bem conservados contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Economia a Longo Prazo: Investir na manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos pode gerar economia a longo prazo, evitando gastos excessivos com reformas emergenciais ou reconstruções.

Impacto Ambiental: A utilização de materiais de pintura adequados e a correta destinação de resíduos contribuem para a redução do impacto ambiental, promovendo práticas sustentáveis na gestão pública.

Valorização do Espaço Público: Prédios e espaços públicos bem conservados contribuem para a valorização das áreas urbanas, atraindo investimentos e fomentando o desenvolvimento local.

Responsabilidade Social: A manutenção dos espaços públicos é uma forma de demonstrar a preocupação da administração municipal com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, promovendo uma cidade mais inclusiva e acessível.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO	RONALDO FELIPE MACIEL
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	RAFAEL DE MELLO BARTZ
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	LUIZ ANTONIO MARAFON
SECRETARIA DE SAÚDE	ROZILENA FATIMA VIEIRA
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABSTECIMENTO	THIAGO MUNHOZ DÁLECIO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	CLAUDINEIA DE SOUSA LAZARETTI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	SEBASTIÃO OSMAR BERALDO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Habilitação Jurídica:

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubitata.1doc.com.br/verificacao/E9A2-25F0-44FD-4E1E> e informe o código E9A2-25F0-44FD-4E1E

comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

E. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócio (s) proprietário (s);

F. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) proprietário (s).

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;

C. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;

F. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante.

Qualificação Técnica:

A. Não será exigida qualificação Técnica

Qualificação Econômico - financeiro

A. Não será exigida qualificação econômico - financeiro

5. Levantamento de Mercado

Este levantamento tem por objetivo analisar as alternativas disponíveis no mercado para a aquisição de materiais para pintura, garantindo a economicidade, a eficiência e a qualidade dos produtos. A análise considera a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis, buscando assegurar que a escolha do modelo de contratação atenda aos princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dessa forma, foram avaliadas possibilidades para o fornecimento desses produtos, levando em conta aspectos como viabilidade operacional, capacidade técnica, custos envolvidos e impactos na gestão pública. Com base na pesquisa de mercado, identificaram-se as seguintes opções para o atendimento da demanda:

Licitação por itens, onde a administração faz uma lista com os itens que julga necessário para atender as necessidades, como exemplo na parte de pintura cita os variados tipos de tintas, pincel, verniz, cada item com sua descrição, especificação e quantidade. Nesse formato o processo se torna bastante extenso tendo em vista a infinidade de itens que podem vir a ser usados pela administração em cada uma das suas atividades assim como a possibilidade de algum item por ventura ser esquecido.

O outro formato corresponde a formação de lotes com características semelhantes disponíveis em uma tabela unificada nacional, onde cada lote discrimina os itens incluídos, com um percentual de Durante a fase preparatória da licitação, na qual realizamos uma pesquisa com os modelos de licitação empregados na aquisição desse tipo de bens, observamos que em sua quase totalidade a modalidade escolhida é o PREGÃO ELETRÔNICO.

Após a análise das alternativas, verifica-se que a licitação por lote na tabela unificada nacional é a solução mais eficiente para atender à demanda do município. A utilização do critério de maior desconto sobre a tabela SINAPI configura-se como uma abordagem coerente e economicamente vantajosa para a gestão pública, assegurando a aquisição dos materiais necessários ao menor custo possível. Essa medida permite otimizar os recursos financeiros do Município, garantindo eficiência na alocação dos recursos públicos. Ademais, a aplicação da tabela SINAPI possibilita a aquisição de uma ampla diversidade de materiais, cuja variedade tornaria inviável a realização de licitações por item de forma individual. Isso confere à administração maior flexibilidade para

atender às demandas que possam surgir, promovendo agilidade e eficiência na gestão de recursos. Ademais, a utilização da Tabela Sinap como referência para a definição dos preços máximos a serem pagos confere transparência ao processo de aquisição, reduzindo possíveis irregularidades e favorecendo a competitividade entre os fornecedores.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Identificação da solução:

6.1.1. A solução mais vantajosa para a Administração consiste na **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, através de maior desconto apresentado.

Para esta contratação será utilizado o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI como base para o referencial de preços, entendemos que o seu uso é mais transparente e eficaz, visto que a tabela abrange uma relação extensa e completa de materiais. Entendemos ainda, que esta opção torna-se mais vantajosa ao município, pois ao final contrataremos com a empresa que ofertar o maior percentual de desconto.

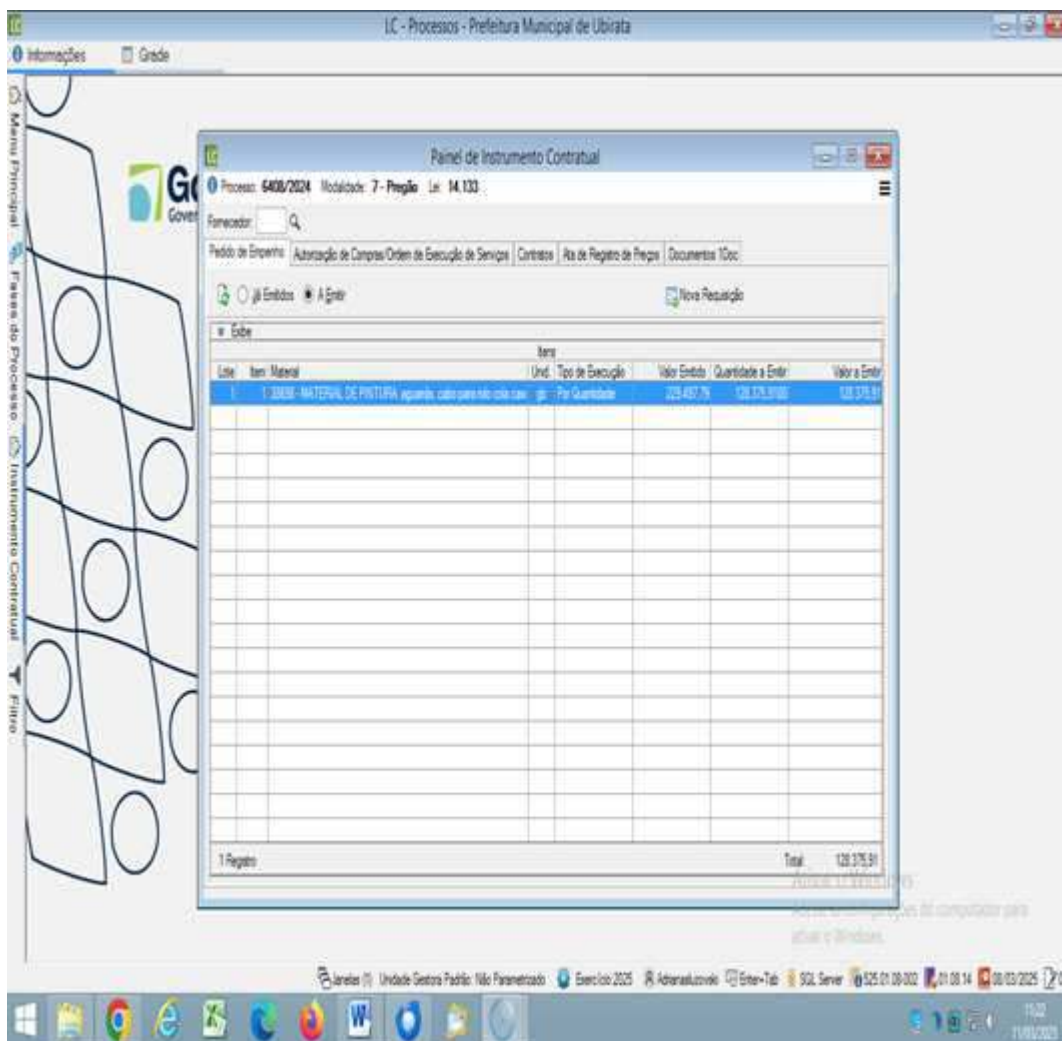
A referência de preços e de materiais para este processo será o relatório de insumos descrita tabela SINAPI, localizada no site https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_655. O valor final de cada produto será através da aplicação do desconto ofertado sobre o percentual de desconto firmado, sobre o custo atualizado mensalmente para o Estado do Paraná dos materiais relacionados na tabela SINAPI.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades para a licitação baseou-se no histórico de consumo da administração municipal, convertido em valores financeiros, com a adição de uma margem de segurança. A natureza volátil desses insumos, sujeitos a flutuações de mercado e imprevisibilidades, motivou a escolha dessa abordagem. O histórico de consumo forneceu dados sobre volumes utilizados em períodos anteriores, criando uma base sólida para prever necessidades futuras. A conversão desses volumes em valores financeiros, contribuiu para uma análise mais precisa do impacto financeiro das variações de consumo. Ressalta-se que não é possível determinar com exatidão os valores a serem utilizados, devido à imprevisibilidade de alguns eventos. A margem de segurança foi incluída para lidar com oscilações nos preços, variações sazonais e eventos imprevistos que possam afetar a disponibilidade e custo dos materiais. Essa medida visa garantir robustez na estimativa de quantidades, mitigando riscos e assegurando a disponibilidade dos insumos necessários, mesmo diante de cenários imprevisíveis. Em resumo, a abordagem adotada busca equilibrar a necessidade de previsibilidade no processo licitatório com a imprevisibilidade inerente ao mercado, proporcionando uma licitação eficiente e capaz de atender às demandas variáveis e dinâmicas associadas à aquisição desses insumos.

Os valores desse processo licitatório abrangerão todas as Secretarias do Município, sendo cada uma delas responsável por sua dotação e organização no período de vigência do contrato.

Até o momento foi utilizado do processo 6408/2024 um valor de R\$ 229.497,79, e considerando que o processo ainda está sendo utilizado e a margem de margem de segurança, fica estipulado o valor de R\$300.00,00 para o novo pedido de licitação.



SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	91.600,00
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	61.000,00
SECRETARIA DE VIAÇÃO DE SERVIÇOS RURAIS		

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	22.000,00
SECRETARIA DE SAÚDE		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	22.800,00
SEC. DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	7.600,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	68.400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	7.600,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	7.600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD.
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	11.400,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 300.000,00

O valor estimado da contratação é de R\$- 300.000,00 (Trezentos mil reais)
Da metodologia aplicada à política de preços:
Conforme disposto no artigo 5º, incisos III, da Instrução Normativa da Secretaria de Gestão (INSEGES) nº 65 /2021 e Decreto nº 41 de 09 de março de 2023, que regulamenta sobre a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
A metodologia adotada no levantamento selecionada para atender às particularidades dos itens em questão, que serão adquiridos pelo município:
III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Se torna viável o parcelamento do objeto, uma vez que a execução será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/E9A2-25F0-44FD-4E1E> e informe o código E9A2-25F0-44FD-4E1E



11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está incluída no planejamento financeiro das Secretarias Requisitantes, pois as necessidades orçamentárias são detalhadas nesse planejamento, estabelecendo a contratação como uma extensão direta do plano estratégico.

As necessidades orçamentárias são consideradas nesse plano, estabelecendo a contratação como uma extensão direta do plano estratégico.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conservação do Patrimônio Público: A contratação de materiais de pintura adequados contribui para a conservação dos prédios, bens e espaços públicos municipais, prolongando sua vida útil e evitando deteriorações.

Melhoria da Aparência e Valorização dos Espaços: A renovação da pintura dos prédios e espaços públicos melhora sua aparência, tornando-os mais agradáveis visualmente e contribuindo para a valorização das áreas urbanas.

Segurança e Bem-Estar dos Usuários: A manutenção adequada dos prédios e espaços públicos garante a segurança e o bem estar dos cidadãos que os utilizam, prevenindo acidentes causados por estruturas deterioradas.

Economia a Longo Prazo: Investir na manutenção preventiva dos prédios públicos pode gerar economia a longo prazo, evitando gastos excessivos com reformas emergenciais ou reconstruções.

Satisfação dos Cidadãos: A manutenção e conservação dos prédios e espaços públicos municipais contribuem para a satisfação dos cidadãos, que se beneficiam de ambientes mais agradáveis e bem cuidados.

13. Providências a serem Adotadas

Controle de Estoque: Realizar o controle de estoque para evitar desperdícios e garantir a disponibilidade dos materiais quando necessários.

Descarte de Resíduos: Providenciar o descarte adequado de resíduos de materiais de pintura, seguindo as normas ambientais e de segurança.

Registro e Controle das Aquisições: Manter registros detalhados das aquisições de materiais de pintura e dos processos de armazenamento, facilitando a gestão do estoque e a prestação de contas.

Armazenamento Adequado: Os materiais devem ser armazenados em local adequado, protegidos da umidade, calor excessivo e da exposição direta ao sol. Deve-se evitar empilhamento excessivo para não danificar os produtos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O uso de tintas e solventes gera resíduos sólidos e líquidos que, se não forem adequadamente tratados e descartados, podem contaminar o solo e a água, para mitigar esses impactos, é importante adotar práticas sustentáveis, tais como escolha de materiais sustentáveis, optando por materiais de pintura que sejam menos prejudiciais ao meio ambiente, realizando o descarte adequando dos resíduos, buscando certificar-se de descartar os resíduos de pintura de forma correta, seguindo as normas ambientais locais, procurando por locais adequados para o descarte ou reciclagem dos materiais, tomar cuidado para evitar vazamentos e derramamentos de tintas e solventes, que podem contaminar o ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI

administrativo



Assinou eletronicamente em 11/03/2025 às 11:35:58.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Lote	Item	Descrição	V. Total R\$
1	1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	300.000,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados do(a) da Assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

5.2. O prazo para envio da Ordem de Compras se dará de acordo com a necessidade do município a contar da assinatura do contrato, a qual será encaminhada via e-mail à FORNECEDORA.

5.3. O prazo para entrega dos materiais solicitados em caráter de urgência será de 24 horas, após o recebimento da ordem de compra. Os demais materiais (não caracterizados como urgência) deverão ser entregues em até cinco dias úteis após recebimento da ordem de compras.

5.4. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços.

5.5. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante na presente no contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

5.6. Os materiais ofertados deverão ser de primeira linha, sendo que a contratante poderá solicitar documentos que atestem os materiais, ou ainda se recusar a receber materiais caso tenha algum problema com a qualidade do produto.

5.7. A entrega deverá ser realizada pela FORNECEDORA, nos endereços indicados na autorização de compras.

5.8. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

5.9. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

5.10. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.11. A empresa a ser contratada ficará submetida a fornecer os materiais de pintura conforme detalhamento contido em ordem de serviço emitida pela área técnica requisitante. Os itens serão aqueles que estarão contidos na tabela SINAPI desonerada vigente sob a qual incidirá o percentual de desconto definido no processo licitatório. A título de informação, a TABELA SINAPI constitui numa tabela de divulgação mensal de custos e índices da construção civil. A gestão do sistema é compartilhada entre a CAIXA e o IBGE sendo que a CAIXA é responsável pela base técnica de engenharia (especificação de insumos, composições de serviços e projetos referenciais) e pelo processamento de dados, enquanto o IBGE pela pesquisa mensal de preço, metodologia e formação dos índices.

5.12. A referência de preços e de materiais para este processo será o relatório de insumos descrita tabela SINAPI, localizada no site https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_655.

5.13. O valor final de cada produto será através da aplicação do desconto ofertado sobre o percentual de desconto firmado, sobre o custo atualizado mensalmente para o Estado do Paraná dos materiais relacionados na tabela SINAPI.

5.14. No ato da emissão da Autorização de Compras, a Secretaria solicitante fará a pesquisa dos preços atuais publicados no mais recente Relatório de insumos e Composições SEM DESONERAÇÃO disponível pela Caixa Econômica Federal (Tabela SINAPI), informando os mesmos na requisição de compra, assim como o valor final após aplicação do desconto ofertado na licitação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes fiscais de contrato ou pelos respectivos substitutos:

Secretarias envolvidas:

6.7. Secretaria de Administração

6.8. Fiscal do contrato: Adnan Nege Abou El Hossn

6.9. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.10. Secretaria de Agricultura, pecuária e abastecimento

6.11. Fiscal do contrato: Juliana Felizari Gnoatto

6.12. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.13. Secretaria de Assistência Social

6.14. Fiscal do contrato: Fábio Augusto Celestino

6.15. Fiscal do contrato substituto: Ellen Thais da Silva

6.16. Secretaria de Educação e Cultura

6.17. Fiscal do contrato: Andreia Brunieri da Silva

6.18. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.19. Secretaria de Esporte e Lazer

6.20. Fiscal do contrato: Júlio Cesar Menigite

6.21. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.22. Secretaria de Saúde

6.23. Fiscal do contrato: Gilmar Fernandes da Silva

6.24. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.25. Secretaria de Serviços urbanos

6.26. Fiscal do contrato: Adriana Candida Sluzovski

6.27. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.28. Secretaria de viação e serviços rurais

6.29. Fiscal do contrato: Odilio Camargo Alves

6.30. Fiscal do contrato substituto: Rozeno Aparecido Silveiro

6.31. Secretaria de desenvolvimento economico

6.32. Alessandra de Andrade dos Santos

6.33. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Fiscalização Técnica

6.34. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.35. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.36. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.37. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.38. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.39. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.40. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.41. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato

6.42. A Gestão do contrato ficará a cargo de cada secretário das secretarias envolvidas no processo, que responderá por

atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.43. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.44. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.45. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.46. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..

6.47. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.48. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.11.2 a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto sobre a tabela SINAP.

Forma de fornecimento

8.2. . O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme custos unitários

apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0303	3170	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		7.600,00
0501	3186	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
0605	3244	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	494	11.400,00
0606	3248	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	494	11.400,00
0701	3266	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		61.000,00
0904	3277	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		22.000,00
1005	3290	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		91.600,00
1606	3307	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	934	11.400,00
1606	3308	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	935	11.400,00
1606	3309	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	936	11.400,00
1606	3310	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	846	11.400,00
1601	3312	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
1605	3319	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
1801	3322	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		7.600,00
1201	8933	339039160000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		3.800,00
1201	8934	339039160000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		3.800,00

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubiratã, 06 de março de 2025.

Adriana Candida Sluzovski

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
23/2025	ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI	06/03/2025 11:22
Objeto da Matriz de Riscos		
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Dimensionamento de quantitativo para cada secretaria de forma insuficiente - Contratação e execução deficiente do objeto	Dimensionamento de quantitativo para cada secretaria de forma insuficiente - Contratação e execução deficiente do objeto	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	medio				
	Ações Preventivas					
	P-01	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, quantidade e prazo de início e conclusão.				
R-02	Licitação deserta	Desabastecimento de materiais	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	alto				
	Ações Preventivas					
	P-01	Envio do edital nos portais nos prazos legais.				
R-03	Não entrega do bem, no prazo, pela contratada	atraso nos serviços a serem executados	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	medio				
	Ações Preventivas					
	P-01	Fiscalização contratual: aplicação de sanção, com o direito a apresentação de justificativa para o motivo do atraso.				
R-04	Fornecedor não cumprir com o objeto na sua totalidade	Fornecedor não cumprir com o objeto na sua totalidade	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
	Impactos					
	1	alto				
	Ações Preventivas					
	P-01	Os valores de referência devem sempre ser pautado pela Tabela SINAPI				

Assinado por 1 pessoa: CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.com.br/verificacao/E9A2-25F0-44FD-41E1E e informe o código E9A2-25F0-44FD-41E1E



4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI
administrativo



ANÁLISE CRÍTICA DE PESQUISA DE PREÇOS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

2. FONTES CONSULTADAS

2.1. Para identificação do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do art. 5º, incisos III e da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. A escolha da utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI como base para o referencial de preços, entendemos que o seu uso é mais transparente e eficaz, visto que a tabela abrange uma relação extensa e completa de materiais. Entendemos ainda, que esta opção torna-se mais vantajosa ao município, pois ao final contrataremos com a empresa que ofertar o maior percentual de desconto.

3. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

3.1. O preço estimado da contratação é de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Item	Descrição	Qtd	Un
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	300.000,00	Gb

6. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente nota Técnica foi preenchida por: Adriana Candida Sluzovski, matrícula nº 2267-5.

Ubiratã/PR, 06 de março de 2025.

Adriana Candida Sluzovski

bela, amada e gentil
Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

DECLARO para os devidos fins, no uso de minhas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a(s) despesa(s) resultante da requisição nº 29/2025 que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, conforme condições, quantidades e exigências a serem definidas, têm perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assino a presente declaração.

Ubatã/PR, 06 de março de 2025.

Assinaturas do Secretário

1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 29/2025

2. OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-300.000,00

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0303	3170	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		7.600,00
0501	3186	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
0605	3244	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	494	11.400,00
0606	3248	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	494	11.400,00
0701	3266	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		61.000,00
0904	3277	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		22.000,00
1005	3290	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		91.600,00
1606	3307	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	934	11.400,00
1606	3308	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	935	11.400,00
1606	3309	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	936	11.400,00
1606	3310	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	846	11.400,00
1601	3312	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
1605	3319	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
1801	3322	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		7.600,00
1201	8933	339039160000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		3.800,00
1201	8934	339039160000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		3.800,00

Ubiratã – Paraná, 28 de fevereiro de 2025.

Assinatura do Secretário



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E9A2-25F0-44FD-4E1E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE (CPF 819.XXX.XXX-53) em 11/03/2025 14:50:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/E9A2-25F0-44FD-4E1E>

De: Adriana S. - SEMSUP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 11/03/2025 às 16:11:53

Segue TR com correções.

—
Adriana C. Sluzovski
administrativo

Anexos:

B_TERMO_DE_REFERENCIA_corrigido.docx

B_TERMO_DE_REFERENCIA_corrigido.pdf

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Lote	Item	Descrição	V. Total R\$
1	1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	300.000,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados do(a) da Assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

5.2. O prazo para envio da Ordem de Compras se dará de acordo com a necessidade do município a contar da assinatura do contrato, a qual será encaminhada via e-mail à FORNECEDORA.

5.3. O prazo de entrega dos bens é de 7 dias úteis, contados do(a) assinatura do contrato, conforme a necessidade do município.

5.4. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na presente Ata de Registro de Preços.

5.5. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante na presente no contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

5.6. Os materiais ofertados deverão ser de primeira linha, sendo que a contratante poderá solicitar documentos que atestem os materiais, ou ainda se recusar a receber materiais caso tenha algum problema com a qualidade do produto.

5.7. A entrega deverá ser realizada pela FORNECEDORA, nos endereços indicados na autorização de compras.

5.8. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços pos-

tais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

5.9. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

5.10. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

5.11. A empresa a ser contratada ficará submetida a fornecer os materiais de pintura conforme detalhamento contido em ordem de serviço emitida pela área técnica requisitante. Os itens serão aqueles que estarão contidos na tabela SINAPI desonerada vigente sob a qual incidirá o percentual de desconto definido no processo licitatório. A título de informação, a TABELA SINAPI constitui numa tabela de divulgação mensal de custos e índices da construção civil. A gestão do sistema é compartilhada entre a CAIXA e o IBGE sendo que a CAIXA é responsável pela base técnica de engenharia (especificação de insumos, composições de serviços e projetos referenciais) e pelo processamento de dados, enquanto o IBGE pela pesquisa mensal de preço, metodologia e formação dos índices.

5.12. A referência de preços e de materiais para este processo será o relatório de insumos descrita tabela SINAPI, localizada no site https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_655.

5.13. O valor final de cada produto será através da aplicação do desconto ofertado sobre o percentual de desconto firmado, sobre o custo atualizado mensalmente para o Estado do Paraná dos materiais relacionados na tabela SINAPI.

5.14. No ato da emissão da Autorização de Compras, a Secretaria solicitante fará a pesquisa dos preços atuais publicados no mais recente Relatório de insumos e Composições SEM DESONERAÇÃO disponível pela Caixa Econômica Federal (Tabela SINAPI), informando os mesmos na requisição de compra, assim como o valor final após aplicação do desconto ofertado na licitação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes fiscais de contrato ou pelos respectivos substitutos:

Secretarias envolvidas:

6.7. Secretaria de Administração

6.8. Fiscal do contrato: Adnan Nege Abou El Hossn

6.9. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.10. Secretaria de Agricultura, pecuária e abastecimento

6.11. Fiscal do contrato: Juliana Felizari Gnoatto

6.12. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.13. Secretaria de Assistência Social

6.14. Fiscal do contrato: Fábio Augusto Celestino

6.15. Fiscal do contrato substituto: Ellen Thais da Silva

6.16. Secretaria de Educação e Cultura

6.17. Fiscal do contrato: Andreia Brunieri da Silva

6.18. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.19. Secretaria de Esporte e Lazer

6.20. Fiscal do contrato: Júlio Cesar Menigite

6.21. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.22. Secretaria de Saúde

6.23. Fiscal do contrato: Gilmar Fernandes da Silva

6.24. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.25. Secretaria de Serviços urbanos

6.26. Fiscal do contrato: Adriana Candida Sluzovski

6.27. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

6.28. Secretaria de viação e serviços rurais

6.29. Fiscal do contrato: Odilio Camargo Alves

6.30. Fiscal do contrato substituto: Rozeno Aparecido Silveiro

6.31. Secretaria de desenvolvimento economico

6.32. Alessandra de Andrade dos Santos

6.33. Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Fiscalização Técnica

6.34. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.35. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.36. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.37. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.38. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.39. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.40. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.41. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato

6.42. A Gestão do contrato ficará a cargo de cada secretário das secretarias envolvidas envolvidos, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução

no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.43. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.44. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.45. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.46. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso..

6.47. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.48. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

- 7.11.2 a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto sobre a tabela SINAP.

Forma de fornecimento

8.2. . O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0303	3170	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		7.600,00
0501	3186	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
0605	3244	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	494	11.400,00
0606	3248	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	494	11.400,00
0701	3266	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		61.000,00
0904	3277	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		22.000,00
1005	3290	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		91.600,00
1606	3307	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	934	11.400,00
1606	3308	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	935	11.400,00
1606	3309	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	936	11.400,00
1606	3310	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	846	11.400,00
1601	3312	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
1605	3319	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		11.400,00
1801	3322	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS		7.600,00
1201	8933	339039160000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		3.800,00
1201	8934	339039160000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		3.800,00

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubiratã, 06 de março de 2025.

Adriana Candida Sluzovski

De: Altair P. - SEMAD-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 11/03/2025 às 16:26:45

Prezadas,

Por gentileza, dar prosseguimento ao processo.

—

Altair da Silva Pereira

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 1- 2.238/2025

De: Thalita F. - SEMAD-SP

Para: GP - Gabinete do Prefeito

Data: 11/03/2025 às 16:34:06

Setores (CC):

GP, SEMAD-SP

Trata-se de requisição já unificada com as secretarias que demandam o objeto.

—

Thalita Lariany Moreira Fonseca

Planejamento

Proc. Administrativo 2- 2.238/2025

De: Fábio D. - GP

Para: SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

Data: 11/03/2025 às 19:25:19

Setores (CC):

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

—

Fábio Dalécio

Prefeito de Ubatã

Proc. Administrativo 3- 2.238/2025

De: Lucas G. - SEMFIP -CONT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 12/03/2025 às 12:10:22

Setores envolvidos:

GP, SEMAD, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMSUP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT

Requisição 29 - Material de pintura

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários até o limite financeiro disponível.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, **NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS**, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará a suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

—
Lucas Gabriel Xavier Giordani

Contador

Assinado por 2 pessoas: LUCAS GABRIEL XAVIER GIORDANI e RITA SOARES NETA FIGUEIREDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/2D34-C82E-D3FE-B6A0>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2D34-C82E-D3FE-B6A0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCAS GABRIEL XAVIER GIORDANI (CPF 101.XXX.XXX-32) em 12/03/2025 12:10:30 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RITA SOARES NETA FIGUEIREDO (CPF 467.XXX.XXX-87) em 12/03/2025 13:54:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/2D34-C82E-D3FE-B6A0>

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 13/03/2025 às 08:18:09

De acordo com o pedido apresentado, a modalidade que mais se amolda para contratação do referido objeto será por Pregão, no formato eletrônico, com fulcro na Lei 14.133/2021.

Para tanto, encaminho para elaboração da minuta.

—

Altair da Silva Pereira

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 5- 2.238/2025

De: Rosemar C. - SEMAD-LICIT

Para: CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

Data: 13/03/2025 às 08:29:58

Setores (CC):

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Prezada,

Venho por meio deste, solicitar parecer jurídico referente a legalidade da referida contratação.

Para tanto, segue anexo minuta, bem como demais documentos acostados pela secretaria demandante para análise.

—

Rosemar da Silva Ribeiro Chimiloski.

Divisão de Licitação

Anexos:

Edital.docx

Edital.pdf

MINUTA_ATA_DE_REGISTRO_DE_PRECOS.docx

MINUTA_ATA_DE_REGISTRO_DE_PRECOS.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO
XXXX/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
UASG 987933

OBJETO

REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia XX/XX/2025 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Maior desconto por item

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
AMPLA CONCORRÊNCIA

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS.....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XXXX/2025

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 58/2022 e 32/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em um único item.

1.1.1. Havendo divergências entre as especificações dos itens do Termo de Referência com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação na presente licitação é destinada a ampla concorrência.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Percentual de Desconto unitário e total do item;
- 5.2. (Obs.: *O licitante deverá considerar que o desconto proposto incidirá sobre os preços unitários dos materiais estabelecidos na tabela SINAPI, conforme consta no Termo de Referência, anexo a este edital*).
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3.Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme critério de julgamento estabelecido.

5.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01%**.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.6. **O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).**
- 6.19.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);
- 7.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.5 deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.9. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de quinze (minutos) minutos.
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 1,0% a 15% do valor do contrato licitado.

- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
 - 13.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta

14.11.2. ANEXO II - Termo de Referência

14.11.2.1. Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

14.11.3. ANEXO IV – Minuta de Contrato

Ubiratã, Paraná, xx de xxxxxxxxxx de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº x/2025

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1						

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubitatã, informamos o e-mail (e-mail), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubitatã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos para todos os fins de direito e sob pena de responsabilidade:

- Que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubitatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores

de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025
MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubiratã, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 9/2025, processo administrativo n.º XXXX/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº 9/2025, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais n.º 58/2022 e 32/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo II do edital de Licitação nº 9/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Proc. Administrativo 6- 2.238/2025

De: Kamila R. - PGM-ASSEJUR

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 13/03/2025 às 11:24:43

Segue PJ

—
Kamila Jordana de Souza Rodrigues

Procuradora-Geral OAB/PR 99.140

Anexos:

PJ_pregao_req_29_2025.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Kamila Jordana Rodrigues	13/03/2025 11:25:03	1Doc	KAMILA JORDANA RODRIGUES CPF 081.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **612A-33CE-461D-7A10**

- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da Lei n. 14.133/2021, veja-se:

Art. 18. [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação; IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela Lei n. 14.133/2021, para fins de contratação.

Da Minuta do Edital, conforme já informado ao norte, a elaboração é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, devendo conter em seus anexos: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços se for o caso, o termo de referência e a minuta do contrato.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei n. 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Ademais, contém a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega

e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da Lei n. 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e a respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

CEP: 61200-000 - Ubiratã - PI

www.ubirata.pr.gov.br

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei n. 14.133/2021.

Ainda, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei n. 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “maior desconto por item”, do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei n. 14.133, de 2021.

Por fim, em caráter orientativo, visto que o presente parecer não tem o condão de imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas, administrativas ou econômico-financeiras adotadas no Edital, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos, encontrando-se o processo dentro dos permissivos legais, notadamente com relação à Lei Federal nº 14.133/21, exaro parecer OPINATIVO FAVORÁVEL, a realização do certame licitatório pretendido pela Administração Pública.

É o Parecer.

Ubiratã, 13 de março de 2025.

(assinado digitalmente)

Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral
OAB/PR 99.140

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 612A-33CE-461D-7A10

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAMILA JORDANA RODRIGUES (CPF 081.XXX.XXX-00) em 13/03/2025 11:25:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/612A-33CE-461D-7A10>

Proc. Administrativo 7- 2.238/2025

De: Rosemar C. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 13/03/2025 às 15:11:14

Segue Edital assinado para publicações.

—

Rosemar da Silva Ribeiro Chimiloski.

Divisão de Licitação

Anexos:

D_Edital_assinado.pdf

MINUTA_ATA_DE_REGISTRO_DE_PRECOS.docx

Relacaoltens98793305900142025000.pdf

SIASGnet_DC_Disponibilizar_Aviso_de_Licitacao_apenas_para_Divulgacao.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO
6695/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
UASG 987933

OBJETO

REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 27/03/2025 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Maior desconto por item

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
AMPLA CONCORRÊNCIA

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS.....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

Processo Administrativo nº 6695/2025

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 58/2022 e 32/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em um único item.

1.1.1. Havendo divergências entre as especificações dos itens do Termo de Referência com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação na presente licitação é destinada a ampla concorrência.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Percentual de Desconto unitário e total do item;
- 5.2. (Obs.: *O licitante deverá considerar que o desconto proposto incidirá sobre os preços unitários dos materiais estabelecidos na tabela SINAPI, conforme consta no Termo de Referência, anexo a este edital*).
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

- 5.8.2.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3.Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme critério de julgamento estabelecido.
- 5.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01%**.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.6. **O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).**
- 6.19.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);
- 7.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.5 deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.9. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de quinze (minutos) minutos.
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 1,0% a 15% do valor do contrato licitado.

- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
 - 13.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta
 - 14.11.2. ANEXO II - Termo de Referência
 - 14.11.2.1. Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
 - 14.11.3. ANEXO IV – Minuta de Contrato

Ubiratã, Paraná, 13 de março de 2025.

FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020
959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.03.13
13:51:46 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1						

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubatã, informamos o e-mail (e-mail), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubatã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos para todos os fins de direito e sob pena de responsabilidade:

- Que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores

de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Tinta

Descrição Detalhada: Tinta Composição: Pigmento; Cera E Gordura Animal, Aplicação: Desenhar Em Técnicas Litográficas, Aspecto Físico: Barra, Características Adicionais: Barra: 10 X 25 X 110 Mm			
Tratamento Diferenciado: Não			
Aplicabilidade Decreto 7174/2010:	Não	Quantidade Mínima Cotada:	1
Quantidade Total:	1	Critério de Valor:	Valor Estimado
Critério de Julgamento:	Maior Desconto		
Valor Unitário (R\$):	300.000,00	Quantidade Máxima para Adesões:	0
Unidade de Fornecimento:	Unidade		
Intervalo Mínimo entre Lances (%):	0,01		
Local de Entrega (Quantidade):	Ubiratã/PR (1)		

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

13/03/2025 14:40:22



Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 14/03/2025.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão		UASG Responsável		
97911 - PREFEITURA DE UBIRATA - PR		987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR		
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	90014/2025	Registro de Preço (SRP)	Eletrônico	Aberto
Nº da IRP				
00006/2025				
Lei		Critério de Julgamento		
Lei nº 14.133/2021		Menor Preço/Maior Desconto		
Tipo de Objeto				
Bens Comuns				
Nº do Processo	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD		
6695	Sim	Não		
Validade da Ata SRP	Quantidade de Itens			
12 mes(es)	1			
Objeto				
Registros de preços para aquisição de materiais de pintura e afins destinados a manutenção de prédios, bens e espaços públicos Municipais.				
Data da Divulgação				
14/03/2025				
Data da Disponibilidade do Edital		Data/Hora da Abertura da Licitação		
A partir de 14/03/2025 às 08:00		Em 27/03/2025 às 08:15		

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Proc. Administrativo 8- 2.238/2025

De: Rosemar C. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 14/03/2025 às 10:45:14

Segue publicações.

Anexos:

13_03_PL561_Assinado.pdf

2188_4.pdf

Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas.pdf

PREFEITURA_MUNICIPAL_DE_UBIRATA_Portal_da_Transparencia.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 2.188- ANO: XX

Página 4 de 8

www.ubirata.pr.gov.br

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares de 2 (dois) anos, sem remuneração, ao servidor Rodrigo da Silva Lima, matrícula nº 3149-6, ocupante do cargo efetivo de Motorista, GOO, T-I, Ref. 5, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos, com efeitos retroativos a 12/03/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PORTARIA Nº 157, DE 13 DE MARÇO DE 2025

Nomeia servidora para cargo em comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Samanta Tainara Hellstrom para o cargo em comissão de Assessora III, lotada na Secretaria da Saúde, com efeitos retroativos a 5 de março de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 158, DE 13 DE MARÇO DE 2025

Concede férias.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Portaria de Delegação nº 7, de 8 de janeiro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, conforme segue:

Nome	Matrícula	Cargo	Lotação	Dias de férias	Período Aquisitivo	Data de Início
Adriana Mayumi Nakahata Figueiredo	2930-0	Chefe de Setor de Escrituração Contábil	Finanças e Planejamento	10	14/05/2023 a 13/05/2024	13/03/2025
Leidiane Zoccante da Silva Zen	3146-1	Motorista de Veículos Leves	Saúde	20	20/05/2023 a 19/05/2024	24/04/2025
Miguel Martins Junior	270-4	Mecânico em Geral	Viação e Serviços Rurais	30	01/03/2024 a 28/02/2025	01/04/2025
Solemária de Oliveira Fontin	1745-0	Chefe de Divisão de Corregedoria e Ouvidoria	Controladoria-Geral do Município	10	01/03/2022 a 28/02/2023	08/04/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6695/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

UASG 987933

OBJETO: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 27/03/2025 ÀS 08H15MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto por item

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP: AMPLA CONCORRÊNCIA

Obtenção do edital e seus anexos: www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Esclarecimentos e impugnações: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, Paraná, 13 de março de 2025.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubiratã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6683/2025.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de ovos de páscoa para distribuição gratuita destinados aos alunos da Rede Municipal de Educação.

4. FORNECEDOR: EMILIANA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE CHOCOLATE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.406.070/0001-66, situada na Avenida José Tadeu Nunes, nº 661, no município de Campo Mourão, Estado Paraná, CEP nº 87309-295.

VALOR: R\$-32.144,00(trinta e dois mil cento e quarenta e quatro reais).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 13/03/2025.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, Ubiratã, PR, 13 de março de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online. Proc. Administrativo 2.238/2025 | Anexo: 2188_4.pdf (1/1)

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 41/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025**

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, através de seu Prefeito **OLGUIN RICARDO METZ**, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, pelo SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.bnc.org.br>

DATA: **27/03/2025** HORÁRIO: 9:00h (horário de Brasília/DF)
OBJETO: Contratação de empresa especializada para LOCAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ITENS DECORATIVOS PARA EVENTOS FESTIVOS, reuniões, palestras e atividades realizadas pelos departamentos do município de Arabutã – SC.

ARABUTÃ SC, 13 de março de 2025.
OLGUIN RICARDO METZ-prefeito

EXTRATO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 116/2023
Processo dispensa Nº 17/2023

OBJETO: Aquisição de água mineral e bebida refrigerante, destinado a atender as necessidades da prefeitura de Santo Antonio do Sudoeste e demais secretarias que compõem a esfera municipal..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: SAM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - ME;
VALOR REAJUSTE: 6.200,00
DATA DA ASSINATURA: 13/03/2025
Pela contratante: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: SERGIO ANTONIO MARASCHIN - Representante Legal

**EVOLTZ IV - SÃO MATEUS
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ: 07.114.999/0001-49

SÚMULA – AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL

A Evoltz IV São Mateus Transmissora de Energia S.A., CNPJ 07.114.999/0001-49, torna público a emissão em 07/02/2025 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a emissão de Autorização de Exploração de nº 1053.4.2025.50664, de Registro Sinaflor 10119313, para corte de 38 indivíduos arbóreos, na modalidade de corte isolado, para manutenção do traçado da Linha de Transmissão 230 kV Canoinhas - São Mateus, de Licença de Operação nº1047, localizada entre os municípios de Canoinhas, estado de Santa Catarina e São Mateus do Sul no estado do Paraná.

ESTADO DE SANTA CATARINA,MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO,PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2025, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025. O Município de São Bernardino, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade pregão eletrônico tipo menor preço, por item, para contratação de empresa de oficina de arte circense, um pedagogo e monitores para o CRAS(de artesanato e manicure/pedicure/maquiagem). Estará recebendo as propostas até as 07:45h, do dia 01/04/2025, através do sitio www.portaldecompraspublicas.com.brInicio da sessão dia 01/04/2025 com início as 08:00h através do sitio www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br e junto ao setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 12/03/2025. Dalvir Luiz Ludwig – Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO-ME-TOQUE/RS
AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2025

Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma de sanitários da EMEF Carlos Gomes, no interior do Município de Não Me Toque/RS, com fornecimento de material e mão de obra.

Abertura: 01/04/2025, 09 horas.

O Edital encontra-se disponível nos sites:

<https://naometoque.rs.gov.br/>

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

**GILSON DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6695/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

UASG 987933

OBJETO: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 27/03/2025 ÀS 08H15MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto por item

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP: AMPLA CONCORRÊNCIA

Obtenção do edital e seus anexos: www.ubirata.pr.gov.br,

<https://www.gov.br/compras/pt-br/> e Portal Nacional de

Contratações Públicas.

Esclarecimentos e impugnações: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, Paraná, 13 de março de 2025.

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025

Diário do Iguaçu



COLUNA DO PRATES

LUIZ CARLOS PRATES
redacao@diariodoiguacu.com.br

3

Amor não se divide

Claro que estou fora da casinha, da casinha da modernidade, mas não vou mudar. Deixe-me começar esta conversa, leitora, leitor, lembrando que quando você era criança e ganhava um presente muito desejado, você não saía pela vizinhança oferecendo o presente a outras crianças. Duvido que o fizesse. Mas, admito, quando você cansava do brinquedo, do outrora sonhado presente, permitia que outras crianças o pegassem. Isso quando você não esquecia o brinquedo numa gaveta qualquer. Comportamento totalmente humano, porém... O nosso amor na vida, ela ou ele, é um "brinquedo" por que muito sonhamos, e agora que o "temos" não o vamos dividir com ninguém, ah, não vamos. Ocorre que... Levanto cedo, ligo o computador e

saio à caça de novidades. Dou de cara com um tabefe, um tabefe para me acordar. Manchete catarinense, veja bem, catarinense, não é carioca ou baiana: - "Florianópolis é a cidade que mais pratica a não monogamia no Brasil". Líder isolada, Floripa, a queridinha dos desavisados. Não praticar a monogamia significa que o casal não está nem aí para se ela ou ele pula a cerca, se dorme com outra pessoa. Ah, não tolero, sou do tempo antigo, amor não se divide. Era só o que faltava eu bater as mãos e dizer: - Sim, querida, podes sair e dormir com o Pedro, com o Paulo, com o batalhão todo, se quiser! Ou ela, a esposa, dizer isso ao marido. Ah, por favor, gente, pudor faz bem para a tosse, se o casamento está aborrecido, se a escolha foi malfeita é saber disso e cair

fora. "Prostituição" conjugal nunca deve ser pensada, é uma revelação do caráter dos pombinhos. E muitos ficamos, por aqui, falando mal do Rio de Janeiro, pô, ninguém mais carnavalesco, ninguém mais praiano, ninguém mais nem-aí que os cariocas, todavia... Os cariocas estão lá embaixo na escada da tolerância diante da não-monogamia. Queres saber qual a segunda cidade brasileira mais "solta", contrária à monogamia? Porto Alegre. Pudera, haja vista como votam, por maioria, os gaúchos... Ah, e a terceira cidade brasileira mais "solta" nessa folga toda é Joinville. Qualquer dúvida é só procurar pela Ashley Madison, empresa de pesquisas do Canadá. Agora é assim, está na moda, antes de casar, ele e ela fazem a lista dos "suplentes", vai que seja preciso ou urgente...

REPETIÇÃO

Diante dos números assustadores que andam por aí e não se calam, lá vai a repetição: a mulher deve se respeitar desde o primeiro momento de uma relação com um homem, ou parecendo homem. Diante do primeiro pigarro mais forte do cara e, mais ainda, diante de sua proibição por qualquer ato da mulher, pronto, deve acabar ali, naquele momento, a relação. Como? Perco meu tempo ao dizer isso? Sei disso, mas sou um entupido das repetições inúteis.

BOLETIM

Gosto de me aborrecer, irritar e parar com o chimarrão, todas as tarde. Como? Vendo os programas policiais da Record e da Band. Horrores. Diariamente ouço alguém dizendo que a mulher que foi morta por um boçal já havia feito boletim de ocorrência numa delegacia, registrando a sova que levava. E não adiantou? Não, elas, por maioria, continuam com os covardes. Regra geral. Então que...

FALTA DIZER

Gostaria de ver o resultado de uma pesquisa com mulheres sobre o caráter do namorado ou marido. Duas hipóteses: um é rico e mau-caráter - outro é pobre e um anjo de valores éticos... Quem ganharia essa votação? Fico constrangido de dizer o que penso do resultado... Semeadura e colheita, majoritária...

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE. AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Adm. nº 039/2025. EDITAL: Pregão Presencial para Compras e Serviços nº 009/2025. TIPO: Menor preço por item. OBJETO: Contratação de empresa para ministrar curso de desenho artístico com carga horária total de 100 horas para crianças e adolescentes, conforme Convênio 2024TR002112, Plano de Trabalho 2023012434 e Processo SCC 4966/2024. Entrega dos Envelopes: até às 07h45min do dia 27 de março de 2025. Abertura dos Envelopes: às 07h50min do dia 27 de março de 2025. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Vitória 503, centro, de segunda à sexta, das 08h às 11h e das 13h30min às 15h, pelo fone (49) 3355 0012, ou na página eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br. Lajeado Grande (SC), 12 de março de 2025. ANDERSON ELIAS BIANCHI. Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC
ATO EDITAL PREF P.L. n. 036/2025
O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA A REPUBLICAÇÃO DO EDITAL, E informa que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.036/2025, Edital de Pregão eletrônico (menor preço por lote), até às 08h15 min do dia 26 de março de 2025, e fará abertura das mesmas no mesmo dia a partir das 08:30min. Através da plataforma: www.portaldecompraspublicas.com.br. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC, INCLUINDO LOCAÇÃO DE BANHEIROS, ESTRUTURA DE PALCO, GRADES DE PROTEÇÃO, GERADOR DE ENERGIA, SISTEMA DE SOM E ILUMINAÇÃO, CAMARINS, DECORAÇÃO DE CAMARINS, EQUIPE DE BRIGADISTAS E EQUIPE DE LIMPEZA, consistindo na organização geral do Evento, conforme descrição no ANEXO I. O fundamento legal é a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no diário oficial dos municípios - DOM, através da plataforma eletrônica acima mencionada e junto a sede do município com o setor de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Nelson Brisola
Prefeito
Ipuacu, 12 de março de 2025..

MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC
ATO EDITAL PREF P.L. n. 021/2025
O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.021/2025, chamada pública n. 001/2025, até às 17:00min do dia 01 de abril de 2025, e fará a abertura das mesmas no dia 02 de abril de 2025. Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios presentes no Anexo I e V deste Edital. O fundamento legal é a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no diário oficial dos municípios - DOM, através da plataforma eletrônica acima mencionada e junto a sede do município com o setor de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Nelson Brisola
Prefeito
Ipuacu, 11 de março de 2025.

MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC
ATO EDITAL PREF P.L. n. 036/2025
O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.036/2025, Edital de Pregão eletrônico (menor preço por lote), até às 08h45 min do dia 24 de março de 2025, e fará abertura das mesmas no mesmo dia a partir das 09:00min. Através da plataforma: www.portaldecompraspublicas.com.br. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC, INCLUINDO LOCAÇÃO DE BANHEIROS, ESTRUTURA DE PALCO, GRADES DE PROTEÇÃO, GERADOR DE ENERGIA, SISTEMA DE SOM E ILUMINAÇÃO, CAMARINS, DECORAÇÃO DE CAMARINS, EQUIPE DE BRIGADISTAS E EQUIPE DE LIMPEZA, consistindo na organização geral do Evento, conforme descrição no ANEXO I. O fundamento legal é a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no diário oficial dos municípios - DOM, através da plataforma eletrônica acima mencionada e junto a sede do município com o setor de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Nelson Brisola
Prefeito
Ipuacu, 10 de março de 2025..

MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC
ATO EDITAL PREF P.L. n. 038/2025
O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.038/2025, Edital de Pregão eletrônico (menor preço por lote), até às 08h45 min do dia 26 de março de 2025, e fará abertura das mesmas no mesmo dia a partir das 09:00min. Através da plataforma: www.portaldecompraspublicas.com.br. Objeto: EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ITENS TENDO COMO REFERÊNCIA O SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (TABELA SINAPI DE SANTA CATARINA ATUALIZADA E DESONERADA), A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, consistindo na organização geral do Evento, conforme descrição no ANEXO I. O fundamento legal é a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no diário oficial dos municípios - DOM, através da plataforma eletrônica acima mencionada e junto a sede do município com o setor de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Nelson Brisola
Prefeito
Ipuacu, 11 de março de 2025.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Processo Licitatório nº 15/2024. Modalidade: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE nº 11/2024. Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO/LONGA PERMANÊNCIA DE SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO-SRT), DE PACIENTES COM TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER INVOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO, PACIENTE ADOLESCENTE, ADULTO, IDOSO, DO SEXO FEMININO OU MASCULINO E CONTRATAÇÃO DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ACOLHIMENTO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DECORRENTES DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. EM REGIME DE INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIO OU COMPULSÓRIO. Licitante: RICARDO ANDRE JOMMERTZ, CNPJ nº 26.503.432/0001-09. Em conformidade com o item 7 e 8 do Edital de Credenciamento a empresa interessada está NÃO APTA ao Credenciamento. Ata disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 13 de março de 2025. Daliane Nezello Colla Hann – GESTORA DO FUNDO.

Informação
ainda + completa
e do SEU JEITO?

Contate o
www.PORTAL

Di
REGIONAL

TUDO o que
você precisa
saber, sempre
na palma
da sua mão.

14 PUBLICAÇÕES LEGAIS

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025

Diário do Iguaçu

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Fone: 49 3333 3100 E-mail: licitacoes@novaerechim.sc.gov.br DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2025	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 001/2025
AVISO DE LICITAÇÃO	
Iara Cristina Perin, Prefeita Municipal do município de Nova Erechim – SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica conforme segue:	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ÁREA DE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA, PARA SUPORTE À GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E CONSULTORIA EM GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	
Recebimento das Propostas: Até as 07h59min do Dia 05/05/2025	
Abertura: As 08h00min do Dia 05/05/2025	
Local da Sessão: Todos os trâmites e propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br Fone: (61) 3003 5455	
Maiores informações poderão ser obtidas no site oficial do município https://novaerechim.atende.net/ na aba Licitações , pelo Fone (49) 3333 3100, ou no Departamento de Licitações, no endereço: Avenida Francisco Ferdinando Losina, 139, Centro, CEP 89 865 000, Nova Erechim – SC, no horário das 08h00min às 11h00min, e das 13h30min às 17h00min.	
Comunicamos também, que para participação e cadastramento de propostas, os interessados deverão acessar o endereço www.portaldecompraspublicas.com.br .	
Nova Erechim – SC, 12 de março de 2025.	
 IARA CRISTINA PERIN Prefeita Municipal	

ASSEMBLEIA GERAL - BOUGANVILLE RESIDENCE

Prezados,

Convocamos os condôminos proprietários, promitente compradores,cessionários de direitos das unidades privadas ou seus procuradores legais para participarem da Assembleia Geral Ordinária do BOUGANVILLE RESIDENCE

Início: 19:00 hrs

Data: 27/03/2025

Local: Salão de Festas do Bouganville Residence - Linha Campinas, Loteamento Bouganville Residence, Distrito Goio-En, Chapecó - SC, 89801-000.
Término: 21h




PAUTA DA ASSEMBLEIA:

1. Prestação de Contas 2024.
2. Apresentação e aprovação dos projetos de melhoria de infraestrutura do condomínio.

Conforme previsto em nosso Estatuto, em caso da primeira chamada não contabilizar o número mínimo de participantes, 50% mais 1, será realizada em segunda chamada, com qualquer número de participantes, após decorridos 30(trinta) minutos do horário marcado para seu início.


Atenciosamente,

Evandro Anhalt.
Presidente

	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA	
O Presidente da Cooperativa de Geração Distribuída e Compensação de Créditos de Energia Elétrica do Brasil, COOGERA, atendendo dispositivos estatutários convoca os Senhores Associados em pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 18 de Março de 2025, tendo como local sua sede à Rua Xanxerê, n.195, Bairro: Lider, Chapecó /SC e link disponível via Plataforma On Line Zoom; às 16:30 horas, em 1ª(primeira) convocação com mínimo de 2/3(dois terços) de seus Associados, às 17:30 horas em 2ª, (segunda) convocação com mínimo da metade mais um de seus Associados e em 3ª, (terceira) e última convocação às 18:30 horas com mínimo de (dez) de seus Associados em condições de votar, na qual, havendo número legal, deliberarem sobre a seguinte:	
ORDEM DO DIA	
I- Prestação de Contas do Conselho de Administração, relativo ao exercício de 2024, compreendendo:	
a) Relatório da gestão;	
b) Balanço Patrimonial;	
c) Demonstração do resultado;	
d) Parecer do Conselho Fiscal.	
II- Destinação das sobras ou rateio das perdas verificadas no exercício de 2024;	
III- Eleição e posse do Conselho Fiscal para o período de 1 de abril de 2025 à 31 de março de 2026.	
IV- Fixação do Pró-labore do Presidente, e cédulas de presença para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2024.	
V- Assuntos Gerais.	
OBSERVAÇÕES:	
a) Os documentos concernentes à prestação de contas encontram-se à disposição dos Associados na sede da Cooperativa;	
b) O número de associados nesta data é de 43 (Quarenta e Três).	
Chapecó, 11 de março de 2025.	
 Landell Ones Michelin Presidente	

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 010/2025 EXTRATO DE EDITAL
O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado por sua Prefeita Sra. ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, TORNA PÚBLICO que até às 08h30 horas do dia 31 de março de 2025 , a Equipe de Apoio e o Agente de Contratação estarão recebendo as propostas e documentos dos interessados no objeto da Concorrência nº 010/2025 , tipo Menor Preço - Global para a contratação de empresa especializada para execução de reforma do C.E.I Odila Marcolina De Lima, localizado na rua Antônio Mendes, 541, bairro Primavera, no município de Campo Erê-SC, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e projetos em anexo ao edital. Fundamentado na Lei 14.133/21 e normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h15 à 17h15, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 12 de março de 2025. Gilmar Fior de Medeiros – Agente de Contratação/ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE Faxinal dos Guedes - COMFAG - Criada em 26 de fevereiro de 1998 - CNPJ nº 02.457.603/0001-42 NIRE - 42400023088
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA AGE 01/2025
O Presidente da Cooperativa Agropecuária de Faxinal dos Guedes – COMFAG – no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social da cooperativa, convoca a todos os senhores cooperados que se encontrem no gozo de seus direitos de cooperado, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 27 de abril de 2025 , na sede do LIONS CLUBE FAXINAL DOS GUEDES, localizado na Rua Santa Catarina, Bairro São Cristóvão, s/nº, no município de Faxinal dos Guedes/SC, com início às 17:10 horas , em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados aptos a votar, em segunda convocação às 18:10 horas com a presença de metade mais um dos cooperados aptos a votar, e, em terceira e última convocação, às 19:10 horas , com a presença de no mínimo 20 (vinte) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia :
1. Reforma do Estatuto Social da Cooperativa; 2. Assuntos gerais de interesse da Cooperativa.
Faxinal dos Guedes, 12 de março de 2025.
 COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE FAXINAL DOS GUEDES CNPJ: 02.457.603/0001-42 PRESIDENTE RICARDO CESAR FAVRETTO – PRESIDENTE
Nota 01: Informamos que, nos termos do Estatuto Social, somente poderão participar da AGO os cooperados que estejam em situação regular perante a cooperativa, e que nesta data a Cooperativa conta com 256 (duzentos e cinquenta e seis) cooperados em pleno gozo de seus direitos de cooperados.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE Faxinal dos Guedes - COMFAG - Criada em 26 de fevereiro de 1998 - CNPJ nº 02.457.603/0001-42 NIRE - 42400023088
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA AGO 01/2025
O Presidente da Cooperativa Agropecuária de Faxinal dos Guedes – COMFAG – no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social da cooperativa, convoca a todos os senhores cooperados que se encontrem no gozo de seus direitos de cooperado, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada no dia 27 de abril de 2025 , na sede do LIONS CLUBE FAXINAL DOS GUEDES, localizado na Rua Santa Catarina, Bairro São Cristóvão, s/nº, no município de Faxinal dos Guedes/SC, com início às 19:30 horas , em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados aptos a votar, em segunda convocação às 20:30 horas com a presença de metade mais um dos cooperados aptos a votar, e, em terceira e última convocação, às 21:30 horas , com a presença de no mínimo 20 (vinte) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia :
1. Prestação de contas dos Órgãos de Administração do exercício encerrado em 2024, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório de Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrações Financeiras (demonstrativo das sobras e/ou das perdas apuradas e Parecer do Conselho Fiscal); d) Plano de atividades da Cooperativa para o exercício seguinte. 2. Aprovação do orçamento para o exercício de 2025. 3. Eleição dos novos membros do Conselho fiscal para o Mandato 2025. 4. Eleição dos novos membros do Conselho de Administração para o Mandato 2025. 5. Fixação dos valores dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros da Diretoria (incluindo Presidente, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal.). 6. Assuntos gerais de interesse da cooperativa.
Faxinal dos Guedes, 12 de março de 2025.
 COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE FAXINAL DOS GUEDES CNPJ: 02.457.603/0001-42 PRESIDENTE RICARDO CESAR FAVRETTO – PRESIDENTE
Nota 01: Informamos que, nos termos do Estatuto Social, somente poderão participar da AGO os cooperados que estejam em situação regular perante a cooperativa, e que nesta data a Cooperativa conta com 256 (duzentos e cinquenta e seis) cooperados em pleno gozo de seus direitos de cooperados. Nota 02: o Conselho Fiscal na data de 30/01/2025 cumpriu o disposto no Art. 43 do Estatuto Social.

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025 Código registro TCE: C1BB2AEEA6914929660AEFD7C33D23EA9A441759
EXTRATO O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º) e Legislação Municipal, leva ao conhecimento de quem possa interessar que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO , no dia 02 (dois) de abril de 2025, às 08:00 (oito) horas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br/18/ com objeto de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de levantamento patrimonial físico individualizado e atualização do inventário de bens públicos permanentes do município de Presidente Castello Branco/SC, conforme, estudo técnico preliminar (ETP) e termo de referência (TR) em anexo ao edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone (0xx) 49 3457-1122. A íntegra do presente Edital poderá ser obtida no site: www.castellobranco.sc.gov.br , e na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br .
PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 12 DE MARÇO DE 2025.
EDENILSON DOMINGOS ZENI PREGOEIRO
NEIVA KLEEMANN TONIELO PREFEITA MUNICIPAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS RURAIS DE XANXERÊ E REGIÃO (SINTERXAR) Fundado Em 17/08/2002- CNPJ: 05.311.274/0001-15 -- Fone: (49) 3433.7874 - Filiado à CONTAG - FETAESC - CUT Registro Sindical: 46000.014270/2002-79
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Pelo presente Edital, ficam convocados TODOS os TRABALHADORES EMPREGADOS RURAIS DE CHAPECÓ, CAXAMBU DO SUL, CORDILHEIRA ALTA, CORONEL FREITAS, GUATAMBU, NOVA ITABERABA, PLANALTO ALEGRE representados pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS RURAIS DE XANXERÊ E REGIÃO – Sinterxar, para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a se realizar nos locais e horários abaixo, sempre em primeira convocação, com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus participantes e, em segunda convocação com qualquer número. Tendo em vista as peculiaridades da atividade “emprego rural” onde a prestação laboral é realizada na zonal rural, o que dificulta a participação dos trabalhadores e visando facilitar essa participação, a Assembleia será realizada em sessões itinerantes nos principais locais de trabalho, e na sede do Sindicato da Agricultura Familiar, para os demais trabalhadores pertencentes à categoria, cujos locais foram previamente cedidos ao Sindicato, conforme segue abaixo:
a) dia 20 de março de 2025, às 10h30min em primeira convocação e às 11h00hrs em segunda e última convocação, na empresa da GRANJA MARIO LANZMASTER , sito Linha Simonetto, Interior de Chapecó (SC); b) dia 20 de março de 2025, às 13h00hrs em primeira convocação e às 13h30min em segunda e última convocação, para os empregados da GLOBOAVES SÃO PAULO AGROAVÍCOLA LTDA , sito Rodovia SC 480, Distrito Marechal Bormann, em Chapecó (SC); c) dia 20 de março de 2025, às 15h00hrs em primeira convocação e às 15h30min em segunda e última convocação, na granja dos empregadores ANTONIO MARTINI e GEMAR MARTINI , sito Rua Guaporé, 382, Bairro Presidente Médici, em Chapecó (SC); d) dia 20 de março de 2025, às 17h00hrs em primeira convocação e às 17h30min em segunda e última convocação, para todos os integrantes da categoria sindical, na sede do Sindicato da Agricultura Familiar de Chapecó e Região, sito Rua Clevelandia, 315 D, no Centro de Chapecó (SC)
ORDEM DO DIA
1º CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – Aprovação da proposta para Negociação da Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 2024/2026, para enviar o Sindicato Patronal;
2º ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – Aprovação da proposta para negociação do acordo Coletivo de Trabalho para o período 2025/2026 com a empresa Globoaves São Paulo Agroavícola Ltda, para todos os empregados desta;
3º DISSÍDIO COLETIVO – No caso de insucesso nas negociações, outorgar poderes para a diretoria requerer a instauração de dissídio coletivo perante a justiça do trabalho; poderes para realizar acordos, em juízo ou fora dele;
4º CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL – Discussão e deliberação sobre o estabelecimento da contribuição assistencial profissional bem como direito de oposição dos trabalhadores a ser repassada ao Sindicato pelos membros da categoria profissional representada;
5º Assuntos Gerais; As deliberações serão adotadas na forma do estatuto do sindicato e da legislação em vigor.
Xanxerê (SC), 13 de março de 2025.
JAIR ANTONIO MANDRIK Presidente

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025

Diário do Iguaçu

PUBLICAÇÕES LEGAIS 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Contrato Nº: 50/2024. Seq.: 4. Tipo: Aditivo de Prazo. Contratante: MUNICIPIO DE PALMITOS – PREFEITURA. Contratada: L E Z COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA. Vigência: Início: 13/03/2025. Término: 13/06/2025. Licitação: 21/2024. Objeto da Contração: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA SANTA CATARINA - DISTRITO DE SANTA LÚCIA E NA RUA JOÃO XXIII, BAIRRO PROGRESSO, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC – PREFEITA MUNICIPAL GIOVANA GIACOMOLLI. PALMITOS/SC., 12 DE MARÇO DE 2025.

Código registro TCE: D9565F0EC19F6B3CBFC49F10B3B99F0511807BAC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2025
PROCESSO N.º 17/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE 20 (VINTE) KITS DE VIGAS EM PERFIL METÁLICO, 1 (UMA) VIGA DE TRANSPosição DE OBSTÁCULOS EM PERFIL METÁLICO E MAIS 240 GUARDA CORPO, RECEBIDAS EM DOAÇÃO PELA SECRETÁRIA DE ESTADO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA.

CONTRATADA: BIASI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 09.564.848/0001-18.

VALOR TOTAL: R\$ 43.500,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12/03/2025.

PALMITOS SC. GIOVANA GIACOMOLLI – PREFEITA MUNICIPAL.

CÓDIGO REGISTRO TCE:

60AB41AAC5A354D373CE461133186BBF3D3C515F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

O Prefeito do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, no dia 26 de março de 2025, tendo como objetivo a contratação de empresa para aquisição de pneus 1400R24, visando a manutenção das atividades do DMER. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 26 de março de 2025 e abertas nesta mesma data e horário, no Portal de Compras do Governo Federal. O edital encontra-se disponível nos sites “ita.atende.net”, “pncp.gov.br” e “compras.gov.br”. As demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9506/9534. Itá-SC, 12 de março de 2025.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito de Itá-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025

O município de Bandeirantes, estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 30 de abril do ano de 2025, na plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br>, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s): **Local do objeto:** Conjunto Residencial João Teodoro da Silva; **Objeto:** Construção de infraestrutura urbana (lazer); **Quantidade e unidade de medida:** 103,63 m²; **Prazo de execução:** 180 dias. A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura e na plataforma. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma. Bandeirantes-PR, 12 de março de 2025

Cláudia Janz da Silva
Secretária de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 04/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2024
UASG: 987445

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que ficará prorrogado para o dia 06/05/2025, às 08:30, no portal de compras do governo federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, a licitação em referência, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DO ACESSO DE PEDESTRE NA ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital retificado poderá ser feita nos sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, palavra-chave: 987445 e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 13 de março de 2025.

Cláudia Janz da Silva
Secretária de Administração

ERRATA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2025.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE BRITA Nº 1 E Nº 2 E PÓ DE BRITA.

ALTERAÇÃO: CÓDIGO ESFINGE DE ENVIO AO TCE/SC

ONDE LÊ-SE

CÓDIGO REGISTRO TCE: CA36BC06C476426B17B57995939571BFA71BB23D
LEIA-SE

CÓDIGO REGISTRO TCE: 4A3435A695DF0F22C3CE16CE773FE7CE0ECEB470
AS DEMAIS CONDIÇÕES PERMANECER AS MESMAS.

PALMITOS, 12 DE MARÇO DE 2025. GIOVANA GIACOMOLLI – PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Contrato Nº: 10/2024. Seq.: 4. Tipo: Aditivo de Valor. Contratante: MUNICIPIO DE PALMITOS – PREFEITURA. Contratada: CONTRATANTE e CATAMI TRANSPORTES LTDA. Início: 12/03/2025. Licitação: 02/2024. Objeto da Contração: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O PERÍODO LETIVO, COM ITINERÁRIOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO PARA ESCOLAS LOCALIZADAS NOS PERÍMETROS RURAL E URBANO – NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC PREFEITA MUNICIPAL GIOVANA GIACOMOLLI. PALMITOS/SC., 12 DE MARÇO DE 2025.

Código registro TCE: AFE4D905BAEE002AD7A67223E5CD7C696F79B9BF

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE
LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2025
UASG: 987445

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que PRORROGOU E RETIFICOU para o dia 31/03/2025, às 08:30, no portal de compras do governo federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, palavra-chave: 987445 e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 13 de março de 2025.

##DAT Bandeirantes – PR, 12 de março de 2025.
Cláudia Janz da Silva
Secretária de Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2025,

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025. O Município de São Bernardino, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade pregão eletrônico tipo menor preço, por item, para contratação de empresa de oficina de arte circense, um pedagogo e monitores para o CRAS (de artesanato e manicure/pedure/maquiagem). Estará recebendo as propostas até as 07:45h, do dia 01/04/2025, através do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br Início da sessão dia 01/04/2025 com início as 08:00h através do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br e junto ao setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 12/03/2025. Dalvir Luiz Ludwig – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sistema de registro de preços, no dia 28 de março de 2025, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada para realizar desmontagem, montagem, consertos de pneus em veículos leves, equipamentos agrícolas, caminhões, ônibus, vans e máquinas pesadas; lavagem interna/externa de veículos, higienização interna com álcool 70% para ambulâncias, com vista ao atendimento das necessidades da frota de máquinas, equipamentos, veículos e implementos do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 28 de março de 2025 e abertas nesta mesma data e horário, no Portal de Compras do Governo Federal. O edital encontra-se disponível nos sites “ita.atende.net”, “pncp.gov.br” e “compras.gov.br”. As demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9506/9534. Itá-SC, 12 de março de 2025.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito de Itá-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Contrato Nº: 08/2024. Seq.: 2. Tipo: Aditivo de Valor. Contratante: MUNICIPIO DE PALMITOS – PREFEITURA. Contratada: CONTRATANTE e CATAMI TRANSPORTES LTDA. Início: 12/03/2025. Licitação: 04/2024. Objeto da Contração: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O PERÍODO LETIVO, COM ITINERÁRIOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO PARA ESCOLAS LOCALIZADAS NOS PERÍMETROS RURAL E URBANO NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-PREFEITA MUNICIPAL GIOVANA GIACOMOLLI. PALMITOS/SC., 12 DE MARÇO DE 2025.

Código registro TCE: 53C882C39F357F5A9AF3CBF0D2A75CDDAAF04645

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Nº: 12/2025. Contratante: MUNICÍPIO DE PALMITOS – PREFEITURA. Contratada: BIASI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. Vigência: 10/07/2025. Valor total de R\$ 43.500,00. Processo Licitatório nº 17/2025. Dispensa de Licitação nº 03/2025. Objeto da Contração: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE 20 (VINTE) KITS DE VIGAS EM PERFIL METÁLICO, 1 (UMA) VIGA DE TRANSPosição DE OBSTÁCULOS EM PERFIL METÁLICO E MAIS 240 GUARDA CORPO, RECEBIDAS EM DOAÇÃO PELA SECRETÁRIA DE ESTADO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. Palmitos SC, 12 de março de 2025. Giovana Giacomolli – Prefeita.

Código registro TCE: E3E0AB2CC380E1D16A94FE74F5B1C8842740880D

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 004/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2025

O Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, NA FORMA PRESENCIAL, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA EDUCACIONAL COM OFICINAS DE MUSICALIZAÇÃO EM GERAL PARA O MUNICÍPIO DE GALVÃO – SC, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133 de abril de 2021, e demais legislações pertinentes, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ATÉ DIA: 27/03/2025. AS 09:00 (horário de Brasília). ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/03/2025 AS 09:01 (horário de Brasília).

LOCAL: Centro Administrativo Municipal, situado na Avenida Sete de Setembro, 548 ☐ Centro, 89838-000 Galvão ☐ SC.

O Edital e seus anexos estará disponível no Site Oficial do Município <https://www.galvao.sc.gov.br>, Diário Oficial do Município ☐ DOM e Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

Código TCE: 2FED615DD589AFAF3EEAD9F6D78F550745AF1865
Galvão/SC, 12 de março de 2025. Hilário José Rosiak – Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JABORÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

O Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, QUE VISA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JABORÁ/SC. O certame realizar-se-á no dia 27 de março de 2025, às 08h30min (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo presidido pela Pregoeira desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras Públicas, endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, e na página eletrônica do Município de Jaborá, endereço: <https://jabora.sc.gov.br/>. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3526-2000 ou pelo e-mail: licitacoes@jabora.sc.gov.br em horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Jaborá/SC, 12 de março de 2025. Clevson Rodrigo Freitas
Prefeito Municipal

20 COTIDIANO

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025
Diário do Iguaçu

OPERAÇÃO COMBUSTÃO

Gaeco cumpre dois mandados de prisão com apoio da 4ª PJ de Xanxerê

Foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão no município de Entre Rios

ENTRE RIOS

Na manhã de ontem (12), em apoio a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, com atuação regional na área de moralidade administrativa, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) deflagrou a Operação Combustão, com o objetivo de cumprir dois mandados de busca e apreensão, expedidos pela Vara Única da Comarca de São Domingos.

A operação investiga supostas fraudes em processos licitatórios promovidos pelo município de En-

tre Rios, envolvendo um ex-servidor público comissionado e uma empresa do setor de combustíveis que, ao longo dos anos, consolidou significativa participação nos certames realizados pela Administração Municipal. As investigações indicam a possível ocorrência de superfaturamento, conluio entre os investigados e atos de improbidade administrativa, resultando em prejuízos ao erário.

As ordens judiciais foram cumpridas na residência do ex-servidor investigado e na sede da empresa envolvida, ambas localizadas na cidade de Entre Rios,

por equipes do Gaeco.

OPERAÇÃO

O nome Combustão foi escolhido para evidenciar a natureza dos contratos públicos investigados, relacionados à aquisição de combustíveis fósseis, além de simbolizar a possível “queima” irregular de recursos públicos em benefício dos envolvidos no esquema. A denominação também remete à gravidade das acusações e reforça a importância da transparência e integridade na gestão pública. Até o momento, a investigação tramita sob sigilo.



Dois mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Entre Rios

SAÚDE

Abelardo Luz confirma primeiro caso de chikungunya em 2025

ABELARDO LUZ

A Secretaria Municipal de Saúde de Abelardo Luz confirmou, ontem (12), os primeiros casos de dengue e de chikungunya no município neste ano. O setor de Epidemiologia divulgou que um homem de 48 anos testou positivo para dengue e está sob observação médica. O local onde ele contraiu a doença ainda não foi identificado, e a investigação segue em andamento.

Além disso, um caso de chikungunya foi registrado em uma jovem de 19 anos. Segundo a Secretaria, a paciente esteve em outras cidades antes de apresentar os sintomas, o que levanta a possibilidade de que a infecção tenha ocorrido fora do município.

Diante do aumento das notificações e da presença do mosquito Aedes aegypti, transmissor das duas doenças, a Secretaria de Saúde reforça a necessidade de

medidas preventivas. Atualmente, Abelardo Luz contabiliza 120 focos do mosquito, o que eleva o risco de transmissão.

A orientação das autoridades sanitárias é para que a população elimine locais de água parada, utilize repelente e, sempre que possível, use roupas compridas para minimizar a exposição. A colaboração da comunidade é fundamental para conter a disseminação das doenças no município.

<p>2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 008/2024 FMS</p> <p>Contratada: Comunicação Profissional Associados S/S</p> <p>Objeto: Contratação de Prestadores de Serviços Para A Realização de Consultas Exames e Procedimentos de Diagnose em Fonoaudiologia Para Atendimento A Pacientes Usuários Do Sistema Único de Saúde.</p> <p>Prazo Vigência: 12 (doze) meses</p> <p>Chapécó, 24 de fevereiro de 2025.</p> <p>Signatários: João Lenz Neto E Luciana Bramati</p> <p>TCE/SC BB01EB7388DD243586EBE030B992D0493B69AC2E</p>
<p>7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 264/2023</p> <p>Contratada: Construtora Oliveira Ltda.</p> <p>Objeto: Prorrogar O Prazo Do Contrato Destinado A Contratação De Empresa Para A Realização Dos Serviços De Ampliação Da Capacidade E Restauração Do Contorno Oeste – Trecho 01.</p> <p>Prazo vigência: 30 (trinta) dias.</p> <p>Chapécó, 12 de março de 2025.</p> <p>Signatários: Maurício Lise Da Rocha, Alcyone Cesar De Oliveira E Almir Carlos De Oliveira.</p> <p>TCE/SC BECAED34E0D52EE9D77D2ECBA3BFDB6A752EAA86</p>
<p>8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 388/2023</p> <p>Contratada: Planaterra-Terraplenagem E Pavimentação Ltda</p> <p>Objeto: Prorrogar O Prazo Do Contrato Destinado A Contratação De Empresa Para A Realização De Pavimentação Asfáltica Em Diversas Ruas.</p> <p>Prazo vigência: 15 (quinze) dias.</p> <p>Chapécó, 12 de março de 2025.</p> <p>Signatários: Maurício Lise Da Rocha E Guilherme De Azevedo Dias.</p> <p>TCE/SC E9396465A0E610296F5A4D861D66FAE299175920</p>
<p>CONTRATO N.º 123/2025</p> <p>Contratada: Bolzani Administracao De Imoveis Ltda,</p> <p>Objeto: Locação De Imóvel Localizado Na Avenida Nereu Ramos, Nº 729-E, Centro, Medindo Aproximadamente 1.300 M², Para Funcionamento Da Escola De Artes De Chapécó</p> <p>Valor: R\$ 316.074,60. (Trezentos E Dezesesseis Mil, Setenta E Quatro Reais E Sessenta Centavos)</p> <p>Prazo Vigência:</p> <p>Dotação: 474</p> <p>Chapécó, 12 De Março De 2025.</p> <p>Signatários: Luiz Felipe De Quadros Belusso, Jaime Bolzani</p> <p>TCE/SC BFE7F90A50A95EF383A2F9563035D229AE02C831</p>
<p>ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 002/2025 FMS</p> <p>Município De Chapécó - Estado De Santa Catarina</p> <p>Objeto: Aquisição De Oxigênio Medicinal Parcelado, Com Comodato De Cilindro, Para Distribuição Aos Pacientes Do Sus Em Oxigenoterapia E Demais Serviços Prestados Pela Secretaria De Saúde</p> <p>Detentores Da Ata: Alto Uruguai Gases Industria Ltda</p> <p>Valor: R\$ 2.560.000,00 (Dois Milhões, Quinhentos E Sessenta Mil Reais),</p> <p>Chapécó, 12 De Março De 2025</p>
<p>REPUBLICADO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 47/2023</p> <p>Contratada: Orbenk Administração E Serviços Ltda.</p> <p>Objeto: Prorrogar O Prazo Do Contrato Destinado A Contratação De Empresa Para Fornecimento Exclusivo De Mão De Obra De Cozinheiro(A) E Auxiliar De Cozinha.</p> <p>Prazo vigência: 4 (quatro) meses</p> <p>Chapécó, 31 de janeiro de 2025</p> <p>Signatários: Valter Luciano Huning E Ronaldo Benkendorf</p> <p>TCE/SC 2247E3753947E74F757143F93BC806C40E55EBFA</p>

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 009/2025

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado por sua Prefeita Sra. ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, TORNA PÚBLICO que até às 08h30 horas do dia 28 de março de 2025, a Equipe de Apoio e o Agente de Contratação estarão recebendo as propostas e documentos dos interessados no objeto da Concorrência nº 009/2025, tipo Menor Preço - Global para a contratação de empresa especializada para execução de ampliação e reforma da sede do Grupo de Idosos Astéide, no bairro São Francisco, no município de Campo Erê - SC, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e projetos em anexo ao edital. Fundamentado na Lei 14.133/21 e normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 11 de março de 2025. Gilmar Fior de Medeiros - Agente de Contratação/ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.

LEILÃO DE CASA - XANXERÊ/SC
Online

bradesco zuk

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97.

Localização do imóvel: Xanxerê/SC, Centro, Rua Gontran Pertier Winckler, nº 81. Casa (Lote 09 da Chácara 166). Áreas totais: terreno: 372,50m², e construída estimada: 135,00m². Matr. 11.928 do RI local. Obs.: Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado. (AF). 1º Leilão: 02/04/2025, às 11:00h. Lance mínimo: R\$ 274.534,23. 2º Leilão: 04/04/2025, às 11:00h. Lance mínimo: R\$ 135.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através do site www.portalmazuk.com.br. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467
Edital completo disponível nos sites: <https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br

Publicidade legal
com quem tem credibilidade.

Na hora de publicar editais, balanços e conteúdo exigência legal faça com empresa certificada.

Di
Diário do Iguaçu

Di
REGIONAL

Entre em contato

Edital nº 90014/2025

Acessar Contratação

Última atualização 14/03/2025

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade compradora:** 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim

Data de divulgação no PNCP: 14/03/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 14/03/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 27/03/2025 08:15 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76950096000110-1-000026/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Registros de preços para aquisição de materiais de pintura e afins destinados a manutenção de prédios, bens e espaços públicos Municipais.

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link:
<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=98793305900142025>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 300.000,00

Itens

Arquivos

Histórico

Número ▾	Descrição ▾	Quantidade ▾	Valor unitário estimado ▾
1	Tinta	1	R\$ 300.000,00

Exibir: 5 ▾

1-1 de 1 itens

Página: 1 ▾

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Pesquisar...



Processos Licitatórios

Início (<https://www.ingadigital.com.br/transparencia>)
/ Processos Licitatórios (<https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83mec&nc=46>)
/ Lista

Pesquisar Licitação


TODOS	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
2010	0						

Convite (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=1)	0
Pregão Eletrônico (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=2)	15
Concorrência Pública (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=3)	3
Inexigibilidade (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=4)	4
Pregão Presencial (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=5)	0
Tomada de Preço (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=6)	0
Dispensa de Licitação (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=7)	3
Leilão (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=8)	1
Chamada Pública (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=10)	0
Pregão Presencial Exclusivo ME/EPP (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=12)	0

Outras Licitações (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=14)	0
Pregão Eletrônico Exclusivo ME/EPP (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=17)	0
Dispensa de Licitação por Justificativa (https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=ec5a203ea83kec&nc=46&id_modalidade=18)	1


Abertura: 27/03/2025 às 08:15
▶ PROCESSO LICITATÓRIO 6695/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 14/2025
Publicação: 13/03/2025







Modalidade: Pregão Eletrônico
Valor Máximo: R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)
Objeto:
REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

 Anexos

 EDITAL E ANEXOS

🕒 Última atualização: 14/03/2025 10:42:24

 Fale Conosco

 **Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852** - Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt
 CEP: 85440-000 - Ubirata - Paraná
 **(44) 3543-8000**
 **ubirata@ubirata.pr.gov.br**

 **Voltar ao Site** (<http://ubirata.pr.gov.br>)

HORÁRIO DE ATENDIMENTO
Segunda à Sexta-feira: das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min



Última Atualização: 14/03/2025 10:42:24

Proc. Administrativo 9- 2.238/2025

De: Rosemar C. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 14/03/2025 às 11:24:03

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-LICIT-SP

Segue processo para julgamento.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 27/03/2025 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

—

Rosemar da Silva Ribeiro Chimiloski.

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 10- 2.238/2025

De: Thaila O. - SEMAD-LICIT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/03/2025 às 14:03:32

Segue proposta e documentos de habilitação.

—

Thaila Rodrigues Oliveira

Agente de Contratação

Anexos:

A_PROPOSTA_LVF.pdf

B_HABILITACAO_LVF.pdf

L V F IANKIEWICZ LTDA

CNPJ Nº 01.629.069/0001-41
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90122090-50

ANEXO I PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: L V F IANKIEWICZ LTDA

Nº DO CNPJ: 01.629.069/0001-41

Endereço, Cidade e Estado: Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1135, Centro,
Ubiratã – PR, CEP 85.440-000

Nº do Telefone: (44) 3543-2699

Endereço de e-mail: tintasarcoiris_escr@hotmail.com

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO %	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	54,34	DIVERSOS	300.000,00	300.000,00

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal a Senhora Lucineide Vieira Ferraz Iankiewicz, inscrita no CPF sob nº. 831.056.119-91, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 4.942.862-6 SESP-PR, residente e

**Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1135, Centro
Ubiratã - Paraná, CEP 85440-000
Telefone celular: (44) 3543-2699**

L V F IANKIEWICZ LTDA

CNPJ Nº 01.629.069/0001-41
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90122090-50

domiciliada na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1000, Centro, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, CEP 85.440-000.

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será a Senhora Lucineide Vieira Ferraz Iankiewicz, inscrita no CPF sob nº. 831.056.119-91, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 4.942.862-6 SESP-PR, residente e domiciliada na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1000, Centro, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, CEP 85.440-000, Telefone (44) 3543-2699, E-mail: tintasarcoiris_escr@hotmail.com.

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco Sicredi, Agência 0726, Conta Corrente 51268-0.

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubitatã, informamos o e-mail tintasarcoiris_escr@hotmail.com, para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubitatã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos para todos os fins de direito e sob pena de responsabilidade:

- Que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1135, Centro
Ubitatã - Paraná, CEP 85440-000
Telefone celular: (44) 3543-2699

L V F IANKIEWICZ LTDA

CNPJ Nº 01.629.069/0001-41
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90122090-50

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Ubatã – PR, 27 de março de 2025.

L V F IANKIEWICZ
LTDA:0162906900
0141

Assinado de forma digital por L
V F IANKIEWICZ
LTDA:01629069000141
Dados: 2025.03.27 13:23:56
-03'00'

LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ IANKIEWICZ
RG: 4.942.862-6 SESP-PR
CPF: 831.056.119-91

Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1135, Centro
Ubatã - Paraná, CEP 85440-000
Telefone celular: (44) 3543-2699



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.629.069/0001-41 DUNS®: 909648391
Razão Social: L V F IANKIEWICZ LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 09/01/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	21/04/2025	Automática
FGTS	Validade:	21/04/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/09/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	10/05/2025
Receita Municipal	Validade:	19/04/2025

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.629.069/0001-41 DUNS®: 909648391
Razão Social: L V F IANKIEWICZ LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **09/01/2026**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno Porte**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R\$ 100.000,00** Data de Abertura da Empresa: **23/01/1997**
CNAE Primário: **4741-5/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA**

CNAE Secundário 1: **4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL**
CNAE Secundário 2: **4649-4/08 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE,**
CNAE Secundário 3: **4744-0/04 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA,**
CNAE Secundário 4: **4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**
CNAE Secundário 5: **4789-0/05 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES**

Dados para Contato

CEP: **85.440-000**
Endereço: **AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PIPINO, 1135 - CENTRO**
Município / UF: **Ubiratã / Paraná**
Telefone: **(44) 35432699**
E-mail: **tintasarcoiris_escr@hotmail.com**

Dados do Responsável Legal

CPF: **831.056.119-91**
Nome: **LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ IANKIEWICZ**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: **831.056.119-91**
Nome: **LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ IANKIEWICZ**
E-mail: **flm_24@hotmail.com**

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 831.056.119-91 Participação Societária: 100,00%
Nome: LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ IANKIEWICZ
Número do Documento: 01620919754 Órgão Expedidor: DETRAN/PR
Data de Expedição: 29/04/2021 Data de Nascimento: 09/09/1970
Filiação Materna: JANDIRA VIEIRA FERRAZ
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 580.162.529-15
Nome: CELSO IANKIEWICZ
Carteira de Identidade: 01939199300 Órgão Expedidor: DETRAN/PR
Data de Expedição: 01/02/2020

CEP: 85.440-000
Endereço: AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PIPINO, 1000 - CENTRO
Município / UF: Ubitatã / Paraná
Telefone: (44) 35432699
E-mail: tintasarcoiris_escr@hotmail.com

Linhas Fornecimento

Materiais

5620 - VIDROS, TELHAS, TIJOLOS E BLOCOS PARA CONSTRUÇÃO

5680 - MATERIAIS DIVERSOS PARA CONSTRUÇÃO

8010 - TINTAS, VERNIZES E PRODUTOS CORRELATOS

Serviços

13455 - Obras Civas - Pequenas Obras / Pintura em Geral



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 01629069000141

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/03/2025 13:45:02

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **L V F IANKIEWICZ LTDA**
CNPJ: **01.629.069/0001-41**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.629.069/0001-41 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 23/01/1997</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL L V F IANKIEWICZ LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>		<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV NILZA DE OLIVEIRA PIPINO</div>	<div>NÚMERO 1135</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 85.440-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO UBIRATA</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE (44) 3543-2699</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/04/2003</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

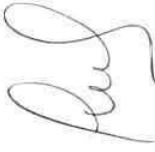
Emitido no dia 25/03/2025 às 10:30:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO
CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO
L V F IANKIEWICZ - EIRELI – EPP
CNPJ/MF: nº 01.629.069/0001-41
NIRE: 416.00134401**

Folha: 1 de 5

LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ IANKIEWICZ, brasileira, maior e capaz, nascida em 09/09/1970, natural de Ubatã - PR, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresaria inscrita no CPF/MF sob nº. 831.056.119-91, portadora da carteira de identidade civil nº. 4.942.862-6/SSP-PR, residente e domiciliada na Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1000, Centro, em Ubatã - PR, CEP: 85440-000, TITULAR da **EIRELI** que gira sob o nome empresarial de **L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP**, com sede e domicílio na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1135, Centro, em Ubatã - PR, CEP: 85440-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.629.069/0001-41, registrada na Junta Comercial do Paraná com NIRE 41104567647 em 23/01/1997 e transformada em **EIRELI** sob NIRE nº 416.00134401 em 17/07/2014, RESOLVE alterar a **EIRELI** (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), mediante as seguintes cláusulas:

 **Cláusula Primeira - Do Aumento de Capital:** O capital social que é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), divididos em 75.000 (setenta e cinco mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é elevado para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada uma.

§ 1.º - Forma e Prazo: O aumento de capital acima previsto e consolidado, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), é inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, que nesta data passa a constituir o capital social da **EIRELI**.

§ 2.º - Nova Distribuição do Capital: Em virtude das modificações havidas, o capital social, inteiramente integralizado em moeda nacional, fica assim dividido:

Titular	(%)	Quotas	Valor R\$
Lucineide Vieira Ferraz Iankiewicz	100	100.000	100.000,00

Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/03/2017 11:22 SOB Nº 20171633377.
PROTOCOLO: 171633377 DE 14/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701002350. NIRE: 41600134401.
L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/03/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO
CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO
L V F IANKIEWICZ - EIRELI – EPP
CNPJ/MF: nº 01.629.069/0001-41
NIRE: 416.00134401**

Folha: 2 de 5

Cláusula Segunda - Da Alteração do Objeto Social: A EIRELI passa a partir desta data a ter o seguinte objeto:

- a) - Comércio varejista de material para pintura.
- b) - Comércio varejista de materiais de construção em geral.
- c) - Serviços de pintura de edifícios em geral.
- d) - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar.
- e) - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.
- f) - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

Cláusula Terceira - Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

Cláusula Quarta - Da Consolidação do Ato Constitutivo.

**CONSOLIDAÇÃO
L V F IANKIEWICZ- EIRELI – EPP
CNPJ/MF: nº 01.629.069/0001-41
NIRE: 416.00134401**

LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ IANKIEWICZ, brasileira, maior e capaz, nascida em 09/09/1970, natural de Ubatuba - PR, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresaria inscrita no CPF/MF sob nº. 831.056.119-91, portadora da carteira de identidade civil nº. 4.942.862-6/SSP-PR, residente e domiciliada na Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1000, Centro, em Ubatuba - PR, CEP: 85440-000, TITULAR da EIRELI que gira sob o nome empresarial de **L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP**, com sede e domicílio na Avenida Nilza de Oliveira

Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/03/2017 11:22 SOB Nº 20171633377.
PROTOCOLO: 171633377 DE 14/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701002350. NIRE: 41600134401.
L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/03/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO
CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO
L V F IANKIEWICZ - EIRELI – EPP
CNPJ/MF: nº 01.629.069/0001-41
NIRE: 416.00134401**

Folha: 3 de 5

Pipino, 1135, Centro, em Ubatã - PR, CEP: 85440-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.629.069/0001-41, registrada na Junta Comercial do Paraná com NIRE 41104567647 em 23/01/1997 e transformada em **EIRELI** sob NIRE nº 416.00134401 em 17/07/2014, RESOLVE consolidar a **EIRELI** (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Nome Empresarial, Sede e Domicílio: A presente Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - **EIRELI** gira sob nome empresarial de **L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP** e tem sede e domicílio na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1135, Centro, CEP: 85440-000 em Ubatã - PR, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais ou outras dependências em qualquer parte do território nacional.

Cláusula Segunda - O objeto social da EIRELI é:

- a) - Comércio varejista de material para pintura.
- b) - Comércio varejista de materiais de construção em geral.
- c) - Serviços de pintura de edifícios em geral.
- d) - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar.
- e) - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.
- f) - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

Cláusula Terceira - O capital social é de R\$ 100.000,00(cem mil reais) divididos em 100.000 quotas de valor nominal R\$ 1,00(Um real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelo titular:

Titular	(%)	Quotas	Valor R\$
Lucineide Vieira Ferraz Iankiewicz	100	100.000	100.000,00

Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/03/2017 11:22 SOB Nº 20171633377.
PROTOCOLO: 171633377 DE 14/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701002350. NIRE: 41600134401.
L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/03/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO
CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO
L V F IANKIEWICZ - EIRELI – EPP
CNPJ/MF: nº 01.629.069/0001-41
NIRE: 416.00134401**

Folha: 4 de 5

Cláusula Quarta - A responsabilidade da titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

Cláusula Quinta - Prazo de Duração: A EIRELI iniciou suas atividades em 23/01/1997 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Sexta - A administração da EIRELI caberá a Titular **Lucineide Vieira Ferraz Iankiewicz** e com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da Eireli.

§1º - Faculta - se a administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§2º - Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

Cláusula Sétima - A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Oitava - Declara a titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

Cláusula Nona - A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/03/2017 11:22 SOB Nº 20171633377.
PROTOCOLO: 171633377 DE 14/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701002350. NIRE: 41600134401.
L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/03/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO
CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO
L V F IANKIEWICZ - EIRELI – EPP
CNPJ/MF: nº 01.629.069/0001-41
NIRE: 416.00134401**

Folha: 5 de 5

Cláusula Décima - Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima Primeira - Falecendo ou interditado a titular da **EIRELI**, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Segunda - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a **EIRELI** se resolva em relação a seu titular.

Cláusula Décima Terceira - A empresária poderá fixar uma retirada mensal, a título de "Pro Labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Fica eleito o foro de Ubatã - PR, para resolver quaisquer litígios oriundos da presente Alteração da **EIRELI**.

A titular assina o presente instrumento, em via única.

Ubatã - PR, 06 de março de 2017.


Lucineide Vieira Ferraz Iankiewicz



f

Uso exclusivo da Junta Comercial do Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/03/2017 11:22 SOB Nº 20171633377.
PROTOCOLO: 171633377 DE 14/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701002350. NIRE: 41600134401.
L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 17/03/2017
www.empresafacil.pr.gov.br



TABELIONATO DE NOTAS UBIRATÁ
Rua Santos Dumont, 994, centro, Ubatatã - Paraná
Fone/Fax: (44) 3543-1934 • 3543-1540

Reconheço verdadeira a assinatura indicada de LUCINEIDE VIEIRA
FERRAZ IANKIEWICZ *0013*79457D*. Dou fé. Selo Nº
M9FQw.NkdGN.CJpy5, Controle: DZyy2.39F6r. Consulte o
selo em <http://funarpen.com.br>

Ubatatã, 10 de março de 2017 - 09:36:07h.
Em Teste da Verdade

Danielli Lima de Campos
Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/03/2017 11:22 SOB Nº 20171633377.
PROTOCOLO: 171633377 DE 14/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701002350. NIRE: 41600134401.
L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/03/2017
www.empresafacil.pr.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



PR

NOME

LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ IANKIEWICZ



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

4942862-6

SESP

PR

CPF

831.056.119-91

DATA NASCIMENTO

09/09/1970

FILIAÇÃO

BENEDITO FERRAZ FILHO

JANDIRA VIEIRA FERRAZ

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO

01620919754

VALIDADE

29/04/2026

1ª HABILITAÇÃO

25/03/1996

OBSERVAÇÕES

Lucineide V. Ferraz

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

UBIRATA, PR

DATA EMISSÃO

29/04/2021

ASSINATURA DO EMISSOR

11524900900

PR919622441



PARANÁ

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

2218649539

PROIBIDO PLASTIFICAR

2218649539

	SINTEGRA Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná	
---	--	---

IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até
a data da consulta



Data/Hora Host
CELEPAR
25/03/2025 - 10:28:00

CNPJ:	01.629.069/0001-41	Inscrição Estadual:	90122090-50
Nome Empresarial:	L V F IANKIEWICZ - LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	AV NILZA DE OLIVEIRA PIPINO		
Número:	1135	Complemento:	
Bairro:	CENTRO		
Município:	UBIRATA	UF:	PR
CEP:	85.440-000	Telefone:	(44)3543-2699
E-mail:	NÃO CADASTRADO		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4741500 - COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4649408 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR 4744004 - COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS 4744099 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL 4789005 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS
Início das Atividades:	02/1997
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 02/1997
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 02/1997
Regime Tributário:	SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

[Consultar novo contribuinte do Paraná](#)

[Acessar cadastro de outros Estados](#)



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.629.069/0001-41 DUNS®: 909648391
Razão Social: L V F IANKIEWICZ LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 09/01/2026

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 21/04/2025
Código de Controle: 50CF755E73E3AD7E

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 21/04/2025
Código de Controle: 2025032303190657382475

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 21/09/2025
Código de Controle: 169591682025



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035744251-00

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **01.629.069/0001-41**

Nome: **L V F IANKIEWICZ - LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 10/05/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

/
2687-2025

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

NOME.....: L V F IANKIEWICZ - EIRELI - EPP
CPF/CNPJ...: 01.629.069/0001-41
FINALIDADE: Licitação

CERTIFICAMOS, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE REVENDO OS REGISTROS DE INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA, REGISTROS CADASTRAIS DE IMPOSTOS E TAXAS DESTA PREFEITURA, CONSTATAMOS QUE O IMÓVEL COM O CADASTRO ACIMA INFORMADO, POSSUI DÉBITOS PENDENTES E "NÃO VENCIDOS", COM A FAZENDA MUNICIPAL, ATÉ A PRESENTE DATA, FICANDO RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL EXIGIR À QUALQUER TEMPO AS PENALIDADES PECUNIÁRIAS NÃO LANÇADAS A DATA DESTA .

VALIDADE: 19/04/2025

OBS: Essa certidão foi emitida pelo Portal do Cidadão de Ubiratã - PR, deverá ser validada pelo mesmo, disponível em: <http://www.ubirata.pr.gov.br> , utilizando o seguinte código de autenticidade : 24108206024108

UBIRATÃ EM 20/03/2025

Proc. Administrativo 11- 2.238/2025

De: Thaila O. - SEMAD-LICIT-SP

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 27/03/2025 às 14:04:43

Na condição de agente de contratação do Município de Ubiratã encaminho o presente processo propondo sua adjudicação e homologação.

—

Thaila Rodrigues Oliveira

Agente de Contratação

Anexos:

relatorio_julg_hab_98793305900142025_s1_item_1.pdf



TERMO DE JULGAMENTO
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR
PREGÃO 90014/2025

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	PR
Objeto da compra:	Registros de preços para aquisição de materiais de pintura e afins destinados a manutenção de prédios, bens e espaços públicos Municipais.		
Entrega de propostas:	De 14/03/2025 às 08:00 até 27/03/2025 às 08:15		
Abertura da sessão pública:	Dia 27/03/2025 às 08:15 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	27/03/2025 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	27/03/2025 às 11:04:50	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	27/03/2025 às 11:54:22	Retomaremos às 13h30min.
Sistema	27/03/2025 às 13:31:29	Senhores licitantes, retomaremos nesse momento.
Sistema	27/03/2025 às 13:51:51	Informo a todos que os documentos de habilitação foram verificados através do SICAF e estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
27/03/2025 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
27/03/2025 às 11:04:50	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Tinta

Tinta Composição: Pigmento; Cera E Gordura Animal, Aplicação: Desenhar Em Técnicas Litográficas, Aspecto Físico: Barra, Características Adicionais: Barra: 10 X 25 X 110 Mm

Quantidade:	1	Valor estimado:	R\$ 300.000,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R\$ 300.000,0000 (total)
		Situação:	Aguardando adjudicação
Critério de julgamento:	Maior Desconto		

Aceito e Habilitado por CPF ***.544.***-8 - THAILA RODRIGUES OLIVEIRA para L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41, melhor lance: 54,34% (R\$ 136.980,0000) (unitário) / 54,34% (R\$ 136.980,0000) (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Programa de integridade: Conforme termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
06.164.562/0001-57 - A. DONIZETE DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	12,00% (R\$ 264.000,0000) (unitário) 12,00% (R\$ 264.000,0000) (total)	-
Marca/Fabricante: Sinapi.PR - Sinapi.PR Modelo/versão: Material de pintura e afins Valor proposta: 12,00% (R\$ 264.000,0000) (unitário) 12,00% (R\$ 264.000,0000) (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
59.792.704/0001-97 - AQUARELA TINTAS UBIRATA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	54,33% (R\$ 137.010,0000) (unitário) 54,33% (R\$ 137.010,0000) (total)	-
Marca/Fabricante: DIVERSOS Modelo/versão: — Valor proposta: 0,01% (R\$ 299.970,0000) (unitário) 0,01% (R\$ 299.970,0000) (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
55.464.252/0001-63 - BASIFIX FABRICA DE TINTAS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	42,04% (R\$ 173.880,0000) (unitário) 42,04% (R\$ 173.880,0000) (total)	-
Marca/Fabricante: basifix Modelo/versão: unidade Valor proposta: 5,00% (R\$ 285.000,0000) (unitário) 5,00% (R\$ 285.000,0000) (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
55.818.205/0001-70 - BF3 TINTAS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SC	43,00% (R\$ 171.000,0000) (unitário) 43,00% (R\$ 171.000,0000) (total)	-
Marca/Fabricante: RESICOLOR Modelo/versão: MATERIAL DE PINTURA Valor proposta: 5,00% (R\$ 285.000,0000) (unitário) 5,00% (R\$ 285.000,0000) (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
01.629.069/0001-41 - L V F IANKIEWICZ LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: PR	54,34% (R\$ 136.980,0000) (unitário) 54,34% (R\$ 136.980,0000) (total)	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: CONFORME PROPOSTA Modelo/versão: CONFORME PROPOSTA Valor proposta: 0,01% (R\$ 299.970,0000) (unitário) 0,01% (R\$ 299.970,0000) (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	0,01% (R\$ 299.970,0000) (unitário) 0,01% (R\$ 299.970,0000) (total)	-
Marca/Fabricante: Tinta Composição: Pigmento; Cera E Gordura Animal, Modelo/versão: Tinta Composição: Pigmento; Cera E Gordura Animal, Valor proposta: 0,01% (R\$ 299.970,0000) (unitário) 0,01% (R\$ 299.970,0000) (total)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 08:17:12	55.818.205/0001-70	5,01% (R\$ 284.970,0000)
27/03/2025 às 08:17:22	55.464.252/0001-63	12,50% (R\$ 262.500,0000)
27/03/2025 às 08:17:36	55.818.205/0001-70	12,01% (R\$ 263.970,0000)
27/03/2025 às 08:17:38	59.792.704/0001-97	12,01% (R\$ 263.970,0000)
27/03/2025 às 08:17:52	59.792.704/0001-97	12,51% (R\$ 262.470,0000)
27/03/2025 às 08:17:59	55.464.252/0001-63	12,55% (R\$ 262.350,0000)
27/03/2025 às 08:18:16	55.818.205/0001-70	12,56% (R\$ 262.320,0000)
27/03/2025 às 08:18:26	55.464.252/0001-63	13,00% (R\$ 261.000,0000)
27/03/2025 às 08:18:32	01.629.069/0001-41	14,00% (R\$ 258.000,0000)
27/03/2025 às 08:18:37	55.464.252/0001-63	15,00% (R\$ 255.000,0000)
27/03/2025 às 08:19:01	59.792.704/0001-97	15,01% (R\$ 254.970,0000)
27/03/2025 às 08:19:04	55.464.252/0001-63	16,00% (R\$ 252.000,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 08:19:11	59.792.704/0001-97	16,01% (R\$ 251.970,0000)
27/03/2025 às 08:19:13	55.464.252/0001-63	17,00% (R\$ 249.000,0000)
27/03/2025 às 08:19:13	01.629.069/0001-41	15,03% (R\$ 254.910,0000)
27/03/2025 às 08:19:19	59.792.704/0001-97	17,01% (R\$ 248.970,0000)
27/03/2025 às 08:19:21	55.464.252/0001-63	18,00% (R\$ 246.000,0000)
27/03/2025 às 08:20:05	59.792.704/0001-97	18,01% (R\$ 245.970,0000)
27/03/2025 às 08:20:07	55.464.252/0001-63	19,00% (R\$ 243.000,0000)
27/03/2025 às 08:20:13	01.629.069/0001-41	20,00% (R\$ 240.000,0000)
27/03/2025 às 08:20:18	55.464.252/0001-63	21,00% (R\$ 237.000,0000)
27/03/2025 às 08:20:25	59.792.704/0001-97	21,01% (R\$ 236.970,0000)
27/03/2025 às 08:20:27	55.464.252/0001-63	22,00% (R\$ 234.000,0000)
27/03/2025 às 08:20:32	59.792.704/0001-97	22,01% (R\$ 233.970,0000)
27/03/2025 às 08:20:34	55.818.205/0001-70	18,02% (R\$ 245.940,0000)
27/03/2025 às 08:20:53	55.818.205/0001-70	20,01% (R\$ 239.970,0000)
27/03/2025 às 08:20:57	55.464.252/0001-63	23,00% (R\$ 231.000,0000)
27/03/2025 às 08:21:02	59.792.704/0001-97	23,01% (R\$ 230.970,0000)
27/03/2025 às 08:21:04	55.464.252/0001-63	24,00% (R\$ 228.000,0000)
27/03/2025 às 08:21:15	59.792.704/0001-97	24,01% (R\$ 227.970,0000)
27/03/2025 às 08:21:16	55.464.252/0001-63	25,00% (R\$ 225.000,0000)
27/03/2025 às 08:21:23	59.792.704/0001-97	25,01% (R\$ 224.970,0000)
27/03/2025 às 08:21:25	55.464.252/0001-63	26,00% (R\$ 222.000,0000)
27/03/2025 às 08:21:42	59.792.704/0001-97	26,01% (R\$ 221.970,0000)
27/03/2025 às 08:21:45	55.464.252/0001-63	27,00% (R\$ 219.000,0000)
27/03/2025 às 08:21:54	59.792.704/0001-97	27,01% (R\$ 218.970,0000)
27/03/2025 às 08:21:57	55.464.252/0001-63	28,00% (R\$ 216.000,0000)
27/03/2025 às 08:21:58	01.629.069/0001-41	28,05% (R\$ 215.850,0000)
27/03/2025 às 08:22:00	55.464.252/0001-63	29,00% (R\$ 213.000,0000)
27/03/2025 às 08:22:07	59.792.704/0001-97	29,01% (R\$ 212.970,0000)
27/03/2025 às 08:22:09	55.464.252/0001-63	30,00% (R\$ 210.000,0000)
27/03/2025 às 08:22:20	59.792.704/0001-97	30,01% (R\$ 209.970,0000)
27/03/2025 às 08:22:23	55.464.252/0001-63	31,00% (R\$ 207.000,0000)
27/03/2025 às 08:22:31	55.818.205/0001-70	28,06% (R\$ 215.820,0000)
27/03/2025 às 08:22:35	59.792.704/0001-97	31,01% (R\$ 206.970,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 08:22:37	55.464.252/0001-63	32,00% (R\$ 204.000,0000)
27/03/2025 às 08:22:45	59.792.704/0001-97	32,01% (R\$ 203.970,0000)
27/03/2025 às 08:22:55	55.464.252/0001-63	33,00% (R\$ 201.000,0000)
27/03/2025 às 08:23:14	59.792.704/0001-97	33,01% (R\$ 200.970,0000)
27/03/2025 às 08:23:15	55.818.205/0001-70	35,00% (R\$ 195.000,0000)
27/03/2025 às 08:23:21	55.464.252/0001-63	36,00% (R\$ 192.000,0000)
27/03/2025 às 08:23:32	55.818.205/0001-70	38,00% (R\$ 186.000,0000)
27/03/2025 às 08:23:39	59.792.704/0001-97	38,01% (R\$ 185.970,0000)
27/03/2025 às 08:23:46	55.818.205/0001-70	39,00% (R\$ 183.000,0000)
27/03/2025 às 08:23:55	59.792.704/0001-97	39,01% (R\$ 182.970,0000)
27/03/2025 às 08:24:00	55.818.205/0001-70	40,00% (R\$ 180.000,0000)
27/03/2025 às 08:24:11	59.792.704/0001-97	40,01% (R\$ 179.970,0000)
27/03/2025 às 08:24:39	55.464.252/0001-63	41,00% (R\$ 177.000,0000)
27/03/2025 às 08:24:54	59.792.704/0001-97	41,01% (R\$ 176.970,0000)
27/03/2025 às 08:24:59	01.629.069/0001-41	41,03% (R\$ 176.910,0000)
27/03/2025 às 08:25:14	59.792.704/0001-97	41,05% (R\$ 176.850,0000)
27/03/2025 às 08:26:04	01.629.069/0001-41	41,07% (R\$ 176.790,0000)
27/03/2025 às 08:26:15	59.792.704/0001-97	41,08% (R\$ 176.760,0000)
27/03/2025 às 08:26:25	01.629.069/0001-41	41,09% (R\$ 176.730,0000)
27/03/2025 às 08:26:29	55.464.252/0001-63	42,00% (R\$ 174.000,0000)
27/03/2025 às 08:26:39	01.629.069/0001-41	42,02% (R\$ 173.940,0000)
27/03/2025 às 08:26:49	59.792.704/0001-97	42,05% (R\$ 173.850,0000)
27/03/2025 às 08:27:23	01.629.069/0001-41	42,07% (R\$ 173.790,0000)
27/03/2025 às 08:27:43	59.792.704/0001-97	42,08% (R\$ 173.760,0000)
27/03/2025 às 08:28:53	55.464.252/0001-63	42,01% (R\$ 173.970,0000)
27/03/2025 às 08:30:22	01.629.069/0001-41	42,09% (R\$ 173.730,0000)
27/03/2025 às 08:30:33	59.792.704/0001-97	42,10% (R\$ 173.700,0000)
27/03/2025 às 08:31:51	01.629.069/0001-41	42,11% (R\$ 173.670,0000)
27/03/2025 às 08:32:03	59.792.704/0001-97	42,12% (R\$ 173.640,0000)
27/03/2025 às 08:32:25	01.629.069/0001-41	42,13% (R\$ 173.610,0000)
27/03/2025 às 08:32:36	59.792.704/0001-97	42,14% (R\$ 173.580,0000)
27/03/2025 às 08:33:50	55.464.252/0001-63	42,02% (R\$ 173.940,0000)
27/03/2025 às 08:35:10	01.629.069/0001-41	42,15% (R\$ 173.550,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 08:35:36	59.792.704/0001-97	42,16% (R\$ 173.520,0000)
27/03/2025 às 08:36:33	55.464.252/0001-63	42,03% (R\$ 173.910,0000)
27/03/2025 às 08:37:55	55.464.252/0001-63	42,04% (R\$ 173.880,0000)
27/03/2025 às 08:39:44	01.629.069/0001-41	42,18% (R\$ 173.460,0000)
27/03/2025 às 08:40:03	59.792.704/0001-97	42,19% (R\$ 173.430,0000)
27/03/2025 às 08:40:16	01.629.069/0001-41	42,20% (R\$ 173.400,0000)
27/03/2025 às 08:40:33	59.792.704/0001-97	42,21% (R\$ 173.370,0000)
27/03/2025 às 08:40:44	01.629.069/0001-41	42,23% (R\$ 173.310,0000)
27/03/2025 às 08:40:58	59.792.704/0001-97	42,25% (R\$ 173.250,0000)
27/03/2025 às 08:41:19	01.629.069/0001-41	42,35% (R\$ 172.950,0000)
27/03/2025 às 08:41:30	59.792.704/0001-97	42,36% (R\$ 172.920,0000)
27/03/2025 às 08:42:09	01.629.069/0001-41	42,37% (R\$ 172.890,0000)
27/03/2025 às 08:42:24	59.792.704/0001-97	42,38% (R\$ 172.860,0000)
27/03/2025 às 08:42:45	01.629.069/0001-41	42,39% (R\$ 172.830,0000)
27/03/2025 às 08:43:01	59.792.704/0001-97	42,40% (R\$ 172.800,0000)
27/03/2025 às 08:43:15	01.629.069/0001-41	42,44% (R\$ 172.680,0000)
27/03/2025 às 08:43:25	59.792.704/0001-97	42,45% (R\$ 172.650,0000)
27/03/2025 às 08:43:36	01.629.069/0001-41	42,46% (R\$ 172.620,0000)
27/03/2025 às 08:43:48	59.792.704/0001-97	42,47% (R\$ 172.590,0000)
27/03/2025 às 08:43:56	01.629.069/0001-41	42,48% (R\$ 172.560,0000)
27/03/2025 às 08:44:14	59.792.704/0001-97	42,49% (R\$ 172.530,0000)
27/03/2025 às 08:44:23	01.629.069/0001-41	42,50% (R\$ 172.500,0000)
27/03/2025 às 08:44:36	59.792.704/0001-97	42,51% (R\$ 172.470,0000)
27/03/2025 às 08:45:04	01.629.069/0001-41	42,58% (R\$ 172.260,0000)
27/03/2025 às 08:45:18	59.792.704/0001-97	42,60% (R\$ 172.200,0000)
27/03/2025 às 08:45:32	01.629.069/0001-41	42,62% (R\$ 172.140,0000)
27/03/2025 às 08:45:50	59.792.704/0001-97	42,63% (R\$ 172.110,0000)
27/03/2025 às 08:46:09	01.629.069/0001-41	42,64% (R\$ 172.080,0000)
27/03/2025 às 08:46:20	59.792.704/0001-97	42,65% (R\$ 172.050,0000)
27/03/2025 às 08:46:45	01.629.069/0001-41	42,66% (R\$ 172.020,0000)
27/03/2025 às 08:46:52	59.792.704/0001-97	42,67% (R\$ 171.990,0000)
27/03/2025 às 08:47:03	01.629.069/0001-41	42,68% (R\$ 171.960,0000)
27/03/2025 às 08:47:16	59.792.704/0001-97	42,69% (R\$ 171.930,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 08:47:30	01.629.069/0001-41	42,72% (R\$ 171.840,0000)
27/03/2025 às 08:47:44	59.792.704/0001-97	42,73% (R\$ 171.810,0000)
27/03/2025 às 08:47:56	01.629.069/0001-41	42,75% (R\$ 171.750,0000)
27/03/2025 às 08:48:18	59.792.704/0001-97	42,76% (R\$ 171.720,0000)
27/03/2025 às 08:48:39	55.818.205/0001-70	43,00% (R\$ 171.000,0000)
27/03/2025 às 08:48:56	59.792.704/0001-97	43,10% (R\$ 170.700,0000)
27/03/2025 às 08:50:39	01.629.069/0001-41	43,25% (R\$ 170.250,0000)
27/03/2025 às 08:51:00	59.792.704/0001-97	43,28% (R\$ 170.160,0000)
27/03/2025 às 08:51:11	01.629.069/0001-41	43,30% (R\$ 170.100,0000)
27/03/2025 às 08:51:29	59.792.704/0001-97	43,31% (R\$ 170.070,0000)
27/03/2025 às 08:51:40	01.629.069/0001-41	43,32% (R\$ 170.040,0000)
27/03/2025 às 08:51:52	59.792.704/0001-97	43,33% (R\$ 170.010,0000)
27/03/2025 às 08:52:04	01.629.069/0001-41	43,34% (R\$ 169.980,0000)
27/03/2025 às 08:52:38	59.792.704/0001-97	43,35% (R\$ 169.950,0000)
27/03/2025 às 08:52:50	01.629.069/0001-41	43,36% (R\$ 169.920,0000)
27/03/2025 às 08:53:08	59.792.704/0001-97	43,37% (R\$ 169.890,0000)
27/03/2025 às 08:53:29	01.629.069/0001-41	43,38% (R\$ 169.860,0000)
27/03/2025 às 08:53:42	59.792.704/0001-97	43,39% (R\$ 169.830,0000)
27/03/2025 às 08:54:08	01.629.069/0001-41	43,43% (R\$ 169.710,0000)
27/03/2025 às 08:54:33	59.792.704/0001-97	43,44% (R\$ 169.680,0000)
27/03/2025 às 08:55:03	01.629.069/0001-41	43,45% (R\$ 169.650,0000)
27/03/2025 às 08:55:18	59.792.704/0001-97	43,46% (R\$ 169.620,0000)
27/03/2025 às 08:56:52	01.629.069/0001-41	43,47% (R\$ 169.590,0000)
27/03/2025 às 08:57:15	59.792.704/0001-97	43,48% (R\$ 169.560,0000)
27/03/2025 às 08:57:30	01.629.069/0001-41	43,49% (R\$ 169.530,0000)
27/03/2025 às 08:57:43	59.792.704/0001-97	43,50% (R\$ 169.500,0000)
27/03/2025 às 08:57:55	01.629.069/0001-41	43,55% (R\$ 169.350,0000)
27/03/2025 às 08:58:21	59.792.704/0001-97	43,56% (R\$ 169.320,0000)
27/03/2025 às 08:58:48	01.629.069/0001-41	43,57% (R\$ 169.290,0000)
27/03/2025 às 08:59:10	59.792.704/0001-97	43,58% (R\$ 169.260,0000)
27/03/2025 às 08:59:38	01.629.069/0001-41	43,59% (R\$ 169.230,0000)
27/03/2025 às 08:59:59	59.792.704/0001-97	43,60% (R\$ 169.200,0000)
27/03/2025 às 09:01:42	01.629.069/0001-41	43,61% (R\$ 169.170,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 09:01:56	59.792.704/0001-97	43,62% (R\$ 169.140,0000)
27/03/2025 às 09:02:25	01.629.069/0001-41	43,63% (R\$ 169.110,0000)
27/03/2025 às 09:02:37	59.792.704/0001-97	43,64% (R\$ 169.080,0000)
27/03/2025 às 09:03:09	01.629.069/0001-41	43,65% (R\$ 169.050,0000)
27/03/2025 às 09:03:34	59.792.704/0001-97	43,66% (R\$ 169.020,0000)
27/03/2025 às 09:04:03	01.629.069/0001-41	43,67% (R\$ 168.990,0000)
27/03/2025 às 09:04:21	59.792.704/0001-97	43,68% (R\$ 168.960,0000)
27/03/2025 às 09:06:11	01.629.069/0001-41	43,70% (R\$ 168.900,0000)
27/03/2025 às 09:06:16	59.792.704/0001-97	43,71% (R\$ 168.870,0000)
27/03/2025 às 09:06:27	01.629.069/0001-41	43,72% (R\$ 168.840,0000)
27/03/2025 às 09:06:35	59.792.704/0001-97	43,73% (R\$ 168.810,0000)
27/03/2025 às 09:06:42	01.629.069/0001-41	43,74% (R\$ 168.780,0000)
27/03/2025 às 09:06:43	59.792.704/0001-97	43,75% (R\$ 168.750,0000)
27/03/2025 às 09:06:50	01.629.069/0001-41	43,85% (R\$ 168.450,0000)
27/03/2025 às 09:06:51	59.792.704/0001-97	43,78% (R\$ 168.660,0000)
27/03/2025 às 09:06:56	59.792.704/0001-97	43,86% (R\$ 168.420,0000)
27/03/2025 às 09:07:03	01.629.069/0001-41	44,00% (R\$ 168.000,0000)
27/03/2025 às 09:07:17	59.792.704/0001-97	44,01% (R\$ 167.970,0000)
27/03/2025 às 09:07:24	01.629.069/0001-41	44,10% (R\$ 167.700,0000)
27/03/2025 às 09:07:32	59.792.704/0001-97	44,11% (R\$ 167.670,0000)
27/03/2025 às 09:07:42	01.629.069/0001-41	44,15% (R\$ 167.550,0000)
27/03/2025 às 09:07:57	59.792.704/0001-97	44,16% (R\$ 167.520,0000)
27/03/2025 às 09:08:03	01.629.069/0001-41	44,17% (R\$ 167.490,0000)
27/03/2025 às 09:08:09	59.792.704/0001-97	44,18% (R\$ 167.460,0000)
27/03/2025 às 09:08:11	01.629.069/0001-41	44,19% (R\$ 167.430,0000)
27/03/2025 às 09:08:19	59.792.704/0001-97	44,20% (R\$ 167.400,0000)
27/03/2025 às 09:08:20	01.629.069/0001-41	44,21% (R\$ 167.370,0000)
27/03/2025 às 09:08:38	59.792.704/0001-97	44,22% (R\$ 167.340,0000)
27/03/2025 às 09:08:40	01.629.069/0001-41	44,23% (R\$ 167.310,0000)
27/03/2025 às 09:08:56	59.792.704/0001-97	44,24% (R\$ 167.280,0000)
27/03/2025 às 09:08:58	01.629.069/0001-41	44,25% (R\$ 167.250,0000)
27/03/2025 às 09:09:01	59.792.704/0001-97	44,26% (R\$ 167.220,0000)
27/03/2025 às 09:09:07	01.629.069/0001-41	44,30% (R\$ 167.100,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 09:09:15	59.792.704/0001-97	44,31% (R\$ 167.070,0000)
27/03/2025 às 09:09:21	01.629.069/0001-41	44,32% (R\$ 167.040,0000)
27/03/2025 às 09:09:30	59.792.704/0001-97	44,33% (R\$ 167.010,0000)
27/03/2025 às 09:10:10	01.629.069/0001-41	44,34% (R\$ 166.980,0000)
27/03/2025 às 09:10:11	59.792.704/0001-97	44,35% (R\$ 166.950,0000)
27/03/2025 às 09:10:18	01.629.069/0001-41	44,36% (R\$ 166.920,0000)
27/03/2025 às 09:10:23	59.792.704/0001-97	44,37% (R\$ 166.890,0000)
27/03/2025 às 09:10:31	01.629.069/0001-41	44,38% (R\$ 166.860,0000)
27/03/2025 às 09:10:41	59.792.704/0001-97	44,39% (R\$ 166.830,0000)
27/03/2025 às 09:10:43	01.629.069/0001-41	44,40% (R\$ 166.800,0000)
27/03/2025 às 09:10:45	59.792.704/0001-97	44,41% (R\$ 166.770,0000)
27/03/2025 às 09:10:53	01.629.069/0001-41	44,42% (R\$ 166.740,0000)
27/03/2025 às 09:10:54	59.792.704/0001-97	44,43% (R\$ 166.710,0000)
27/03/2025 às 09:11:00	01.629.069/0001-41	44,44% (R\$ 166.680,0000)
27/03/2025 às 09:11:05	59.792.704/0001-97	44,45% (R\$ 166.650,0000)
27/03/2025 às 09:11:13	01.629.069/0001-41	44,46% (R\$ 166.620,0000)
27/03/2025 às 09:11:16	59.792.704/0001-97	44,47% (R\$ 166.590,0000)
27/03/2025 às 09:11:35	01.629.069/0001-41	44,50% (R\$ 166.500,0000)
27/03/2025 às 09:11:37	59.792.704/0001-97	44,49% (R\$ 166.530,0000)
27/03/2025 às 09:11:41	59.792.704/0001-97	44,51% (R\$ 166.470,0000)
27/03/2025 às 09:11:48	01.629.069/0001-41	44,52% (R\$ 166.440,0000)
27/03/2025 às 09:11:50	59.792.704/0001-97	44,53% (R\$ 166.410,0000)
27/03/2025 às 09:12:05	01.629.069/0001-41	44,54% (R\$ 166.380,0000)
27/03/2025 às 09:12:07	59.792.704/0001-97	44,55% (R\$ 166.350,0000)
27/03/2025 às 09:13:54	01.629.069/0001-41	44,56% (R\$ 166.320,0000)
27/03/2025 às 09:13:56	59.792.704/0001-97	44,57% (R\$ 166.290,0000)
27/03/2025 às 09:15:06	01.629.069/0001-41	44,58% (R\$ 166.260,0000)
27/03/2025 às 09:15:28	59.792.704/0001-97	44,59% (R\$ 166.230,0000)
27/03/2025 às 09:15:41	01.629.069/0001-41	44,60% (R\$ 166.200,0000)
27/03/2025 às 09:15:50	59.792.704/0001-97	44,61% (R\$ 166.170,0000)
27/03/2025 às 09:17:42	01.629.069/0001-41	44,62% (R\$ 166.140,0000)
27/03/2025 às 09:17:43	59.792.704/0001-97	44,63% (R\$ 166.110,0000)
27/03/2025 às 09:18:31	01.629.069/0001-41	44,65% (R\$ 166.050,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 09:18:38	59.792.704/0001-97	44,66% (R\$ 166.020,0000)
27/03/2025 às 09:18:47	01.629.069/0001-41	44,67% (R\$ 165.990,0000)
27/03/2025 às 09:19:13	59.792.704/0001-97	44,68% (R\$ 165.960,0000)
27/03/2025 às 09:19:16	01.629.069/0001-41	44,69% (R\$ 165.930,0000)
27/03/2025 às 09:19:30	59.792.704/0001-97	44,70% (R\$ 165.900,0000)
27/03/2025 às 09:19:31	01.629.069/0001-41	44,71% (R\$ 165.870,0000)
27/03/2025 às 09:19:35	59.792.704/0001-97	44,72% (R\$ 165.840,0000)
27/03/2025 às 09:19:38	01.629.069/0001-41	44,73% (R\$ 165.810,0000)
27/03/2025 às 09:19:39	59.792.704/0001-97	44,74% (R\$ 165.780,0000)
27/03/2025 às 09:19:45	01.629.069/0001-41	44,75% (R\$ 165.750,0000)
27/03/2025 às 09:19:45	59.792.704/0001-97	44,76% (R\$ 165.720,0000)
27/03/2025 às 09:19:52	01.629.069/0001-41	44,78% (R\$ 165.660,0000)
27/03/2025 às 09:19:55	59.792.704/0001-97	44,79% (R\$ 165.630,0000)
27/03/2025 às 09:19:59	01.629.069/0001-41	44,80% (R\$ 165.600,0000)
27/03/2025 às 09:20:00	59.792.704/0001-97	44,82% (R\$ 165.540,0000)
27/03/2025 às 09:20:09	01.629.069/0001-41	44,84% (R\$ 165.480,0000)
27/03/2025 às 09:20:10	59.792.704/0001-97	44,85% (R\$ 165.450,0000)
27/03/2025 às 09:20:23	01.629.069/0001-41	44,86% (R\$ 165.420,0000)
27/03/2025 às 09:20:25	59.792.704/0001-97	44,87% (R\$ 165.390,0000)
27/03/2025 às 09:20:30	01.629.069/0001-41	44,89% (R\$ 165.330,0000)
27/03/2025 às 09:20:34	59.792.704/0001-97	44,90% (R\$ 165.300,0000)
27/03/2025 às 09:20:42	01.629.069/0001-41	44,91% (R\$ 165.270,0000)
27/03/2025 às 09:20:43	59.792.704/0001-97	44,93% (R\$ 165.210,0000)
27/03/2025 às 09:21:03	01.629.069/0001-41	44,95% (R\$ 165.150,0000)
27/03/2025 às 09:21:05	59.792.704/0001-97	44,96% (R\$ 165.120,0000)
27/03/2025 às 09:21:08	01.629.069/0001-41	45,00% (R\$ 165.000,0000)
27/03/2025 às 09:21:09	59.792.704/0001-97	44,99% (R\$ 165.030,0000)
27/03/2025 às 09:21:12	59.792.704/0001-97	45,01% (R\$ 164.970,0000)
27/03/2025 às 09:21:21	01.629.069/0001-41	45,50% (R\$ 163.500,0000)
27/03/2025 às 09:21:23	59.792.704/0001-97	45,03% (R\$ 164.910,0000)
27/03/2025 às 09:21:24	59.792.704/0001-97	45,51% (R\$ 163.470,0000)
27/03/2025 às 09:21:31	01.629.069/0001-41	46,00% (R\$ 162.000,0000)
27/03/2025 às 09:21:38	59.792.704/0001-97	46,01% (R\$ 161.970,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 09:21:48	01.629.069/0001-41	46,50% (R\$ 160.500,0000)
27/03/2025 às 09:21:53	59.792.704/0001-97	46,51% (R\$ 160.470,0000)
27/03/2025 às 09:22:05	01.629.069/0001-41	46,52% (R\$ 160.440,0000)
27/03/2025 às 09:22:08	59.792.704/0001-97	46,53% (R\$ 160.410,0000)
27/03/2025 às 09:22:16	01.629.069/0001-41	46,54% (R\$ 160.380,0000)
27/03/2025 às 09:22:32	59.792.704/0001-97	46,55% (R\$ 160.350,0000)
27/03/2025 às 09:22:44	01.629.069/0001-41	46,56% (R\$ 160.320,0000)
27/03/2025 às 09:22:46	59.792.704/0001-97	46,57% (R\$ 160.290,0000)
27/03/2025 às 09:22:55	01.629.069/0001-41	46,58% (R\$ 160.260,0000)
27/03/2025 às 09:22:57	59.792.704/0001-97	46,59% (R\$ 160.230,0000)
27/03/2025 às 09:23:04	01.629.069/0001-41	46,62% (R\$ 160.140,0000)
27/03/2025 às 09:23:07	59.792.704/0001-97	46,63% (R\$ 160.110,0000)
27/03/2025 às 09:23:21	01.629.069/0001-41	46,65% (R\$ 160.050,0000)
27/03/2025 às 09:23:27	59.792.704/0001-97	46,66% (R\$ 160.020,0000)
27/03/2025 às 09:23:49	01.629.069/0001-41	46,67% (R\$ 159.990,0000)
27/03/2025 às 09:23:51	59.792.704/0001-97	46,68% (R\$ 159.960,0000)
27/03/2025 às 09:24:06	01.629.069/0001-41	46,69% (R\$ 159.930,0000)
27/03/2025 às 09:24:20	59.792.704/0001-97	46,70% (R\$ 159.900,0000)
27/03/2025 às 09:24:26	01.629.069/0001-41	46,71% (R\$ 159.870,0000)
27/03/2025 às 09:24:37	59.792.704/0001-97	46,72% (R\$ 159.840,0000)
27/03/2025 às 09:26:25	01.629.069/0001-41	46,74% (R\$ 159.780,0000)
27/03/2025 às 09:26:26	59.792.704/0001-97	46,75% (R\$ 159.750,0000)
27/03/2025 às 09:26:37	01.629.069/0001-41	46,76% (R\$ 159.720,0000)
27/03/2025 às 09:26:38	59.792.704/0001-97	46,80% (R\$ 159.600,0000)
27/03/2025 às 09:26:48	01.629.069/0001-41	47,10% (R\$ 158.700,0000)
27/03/2025 às 09:26:54	59.792.704/0001-97	47,11% (R\$ 158.670,0000)
27/03/2025 às 09:27:04	01.629.069/0001-41	47,14% (R\$ 158.580,0000)
27/03/2025 às 09:27:07	59.792.704/0001-97	47,15% (R\$ 158.550,0000)
27/03/2025 às 09:27:17	01.629.069/0001-41	47,16% (R\$ 158.520,0000)
27/03/2025 às 09:27:18	59.792.704/0001-97	47,17% (R\$ 158.490,0000)
27/03/2025 às 09:27:26	01.629.069/0001-41	47,18% (R\$ 158.460,0000)
27/03/2025 às 09:27:28	59.792.704/0001-97	47,19% (R\$ 158.430,0000)
27/03/2025 às 09:27:35	01.629.069/0001-41	47,20% (R\$ 158.400,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 09:27:36	59.792.704/0001-97	47,21% (R\$ 158.370,0000)
27/03/2025 às 09:27:54	01.629.069/0001-41	47,22% (R\$ 158.340,0000)
27/03/2025 às 09:27:55	59.792.704/0001-97	47,23% (R\$ 158.310,0000)
27/03/2025 às 09:28:30	01.629.069/0001-41	47,25% (R\$ 158.250,0000)
27/03/2025 às 09:28:35	59.792.704/0001-97	47,26% (R\$ 158.220,0000)
27/03/2025 às 09:29:19	01.629.069/0001-41	47,27% (R\$ 158.190,0000)
27/03/2025 às 09:29:35	59.792.704/0001-97	47,28% (R\$ 158.160,0000)
27/03/2025 às 09:29:54	01.629.069/0001-41	47,29% (R\$ 158.130,0000)
27/03/2025 às 09:30:17	59.792.704/0001-97	47,30% (R\$ 158.100,0000)
27/03/2025 às 09:30:38	01.629.069/0001-41	47,31% (R\$ 158.070,0000)
27/03/2025 às 09:30:40	59.792.704/0001-97	47,32% (R\$ 158.040,0000)
27/03/2025 às 09:31:46	01.629.069/0001-41	47,33% (R\$ 158.010,0000)
27/03/2025 às 09:31:47	59.792.704/0001-97	47,34% (R\$ 157.980,0000)
27/03/2025 às 09:33:17	01.629.069/0001-41	47,35% (R\$ 157.950,0000)
27/03/2025 às 09:33:19	59.792.704/0001-97	47,36% (R\$ 157.920,0000)
27/03/2025 às 09:33:47	01.629.069/0001-41	47,37% (R\$ 157.890,0000)
27/03/2025 às 09:34:14	59.792.704/0001-97	47,38% (R\$ 157.860,0000)
27/03/2025 às 09:35:40	01.629.069/0001-41	47,39% (R\$ 157.830,0000)
27/03/2025 às 09:35:59	59.792.704/0001-97	47,40% (R\$ 157.800,0000)
27/03/2025 às 09:36:11	01.629.069/0001-41	47,41% (R\$ 157.770,0000)
27/03/2025 às 09:36:17	59.792.704/0001-97	47,42% (R\$ 157.740,0000)
27/03/2025 às 09:36:43	01.629.069/0001-41	47,43% (R\$ 157.710,0000)
27/03/2025 às 09:36:54	59.792.704/0001-97	47,44% (R\$ 157.680,0000)
27/03/2025 às 09:38:20	01.629.069/0001-41	47,45% (R\$ 157.650,0000)
27/03/2025 às 09:38:31	59.792.704/0001-97	47,46% (R\$ 157.620,0000)
27/03/2025 às 09:40:12	01.629.069/0001-41	47,48% (R\$ 157.560,0000)
27/03/2025 às 09:40:16	59.792.704/0001-97	47,49% (R\$ 157.530,0000)
27/03/2025 às 09:41:01	01.629.069/0001-41	47,50% (R\$ 157.500,0000)
27/03/2025 às 09:41:03	59.792.704/0001-97	47,52% (R\$ 157.440,0000)
27/03/2025 às 09:41:50	01.629.069/0001-41	47,53% (R\$ 157.410,0000)
27/03/2025 às 09:41:56	59.792.704/0001-97	47,55% (R\$ 157.350,0000)
27/03/2025 às 09:43:09	01.629.069/0001-41	47,56% (R\$ 157.320,0000)
27/03/2025 às 09:43:25	59.792.704/0001-97	47,58% (R\$ 157.260,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 09:44:36	01.629.069/0001-41	47,59% (R\$ 157.230,0000)
27/03/2025 às 09:44:42	59.792.704/0001-97	47,61% (R\$ 157.170,0000)
27/03/2025 às 09:45:53	01.629.069/0001-41	47,62% (R\$ 157.140,0000)
27/03/2025 às 09:45:55	59.792.704/0001-97	47,63% (R\$ 157.110,0000)
27/03/2025 às 09:46:07	01.629.069/0001-41	47,64% (R\$ 157.080,0000)
27/03/2025 às 09:46:19	59.792.704/0001-97	47,66% (R\$ 157.020,0000)
27/03/2025 às 09:46:30	01.629.069/0001-41	47,67% (R\$ 156.990,0000)
27/03/2025 às 09:46:37	59.792.704/0001-97	47,68% (R\$ 156.960,0000)
27/03/2025 às 09:47:08	01.629.069/0001-41	47,69% (R\$ 156.930,0000)
27/03/2025 às 09:47:46	59.792.704/0001-97	47,71% (R\$ 156.870,0000)
27/03/2025 às 09:48:11	01.629.069/0001-41	47,72% (R\$ 156.840,0000)
27/03/2025 às 09:48:15	59.792.704/0001-97	47,73% (R\$ 156.810,0000)
27/03/2025 às 09:48:28	01.629.069/0001-41	47,74% (R\$ 156.780,0000)
27/03/2025 às 09:48:54	59.792.704/0001-97	47,75% (R\$ 156.750,0000)
27/03/2025 às 09:50:50	01.629.069/0001-41	47,76% (R\$ 156.720,0000)
27/03/2025 às 09:50:53	59.792.704/0001-97	47,77% (R\$ 156.690,0000)
27/03/2025 às 09:52:26	01.629.069/0001-41	47,78% (R\$ 156.660,0000)
27/03/2025 às 09:52:29	59.792.704/0001-97	47,79% (R\$ 156.630,0000)
27/03/2025 às 09:53:57	01.629.069/0001-41	47,80% (R\$ 156.600,0000)
27/03/2025 às 09:53:58	59.792.704/0001-97	47,81% (R\$ 156.570,0000)
27/03/2025 às 09:54:24	01.629.069/0001-41	47,82% (R\$ 156.540,0000)
27/03/2025 às 09:54:26	59.792.704/0001-97	47,83% (R\$ 156.510,0000)
27/03/2025 às 09:55:29	01.629.069/0001-41	47,85% (R\$ 156.450,0000)
27/03/2025 às 09:55:32	59.792.704/0001-97	47,86% (R\$ 156.420,0000)
27/03/2025 às 09:57:07	01.629.069/0001-41	47,87% (R\$ 156.390,0000)
27/03/2025 às 09:57:08	59.792.704/0001-97	47,88% (R\$ 156.360,0000)
27/03/2025 às 09:58:25	01.629.069/0001-41	47,89% (R\$ 156.330,0000)
27/03/2025 às 09:58:49	59.792.704/0001-97	47,90% (R\$ 156.300,0000)
27/03/2025 às 09:59:40	01.629.069/0001-41	47,91% (R\$ 156.270,0000)
27/03/2025 às 10:00:02	59.792.704/0001-97	47,92% (R\$ 156.240,0000)
27/03/2025 às 10:01:30	01.629.069/0001-41	47,93% (R\$ 156.210,0000)
27/03/2025 às 10:01:37	59.792.704/0001-97	47,94% (R\$ 156.180,0000)
27/03/2025 às 10:02:29	01.629.069/0001-41	47,95% (R\$ 156.150,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 10:02:34	59.792.704/0001-97	47,96% (R\$ 156.120,0000)
27/03/2025 às 10:03:31	01.629.069/0001-41	47,97% (R\$ 156.090,0000)
27/03/2025 às 10:04:04	59.792.704/0001-97	47,98% (R\$ 156.060,0000)
27/03/2025 às 10:04:35	01.629.069/0001-41	47,99% (R\$ 156.030,0000)
27/03/2025 às 10:05:47	59.792.704/0001-97	48,00% (R\$ 156.000,0000)
27/03/2025 às 10:06:53	01.629.069/0001-41	48,01% (R\$ 155.970,0000)
27/03/2025 às 10:07:11	59.792.704/0001-97	48,02% (R\$ 155.940,0000)
27/03/2025 às 10:07:37	01.629.069/0001-41	48,03% (R\$ 155.910,0000)
27/03/2025 às 10:07:57	59.792.704/0001-97	48,04% (R\$ 155.880,0000)
27/03/2025 às 10:08:14	01.629.069/0001-41	48,05% (R\$ 155.850,0000)
27/03/2025 às 10:08:23	59.792.704/0001-97	48,06% (R\$ 155.820,0000)
27/03/2025 às 10:09:29	01.629.069/0001-41	48,07% (R\$ 155.790,0000)
27/03/2025 às 10:09:34	59.792.704/0001-97	48,08% (R\$ 155.760,0000)
27/03/2025 às 10:09:49	01.629.069/0001-41	48,09% (R\$ 155.730,0000)
27/03/2025 às 10:09:54	59.792.704/0001-97	48,10% (R\$ 155.700,0000)
27/03/2025 às 10:10:26	01.629.069/0001-41	48,11% (R\$ 155.670,0000)
27/03/2025 às 10:10:38	59.792.704/0001-97	48,12% (R\$ 155.640,0000)
27/03/2025 às 10:12:27	01.629.069/0001-41	48,13% (R\$ 155.610,0000)
27/03/2025 às 10:12:32	59.792.704/0001-97	48,14% (R\$ 155.580,0000)
27/03/2025 às 10:14:11	01.629.069/0001-41	48,15% (R\$ 155.550,0000)
27/03/2025 às 10:14:12	59.792.704/0001-97	48,16% (R\$ 155.520,0000)
27/03/2025 às 10:15:54	01.629.069/0001-41	48,17% (R\$ 155.490,0000)
27/03/2025 às 10:15:55	59.792.704/0001-97	48,18% (R\$ 155.460,0000)
27/03/2025 às 10:17:22	01.629.069/0001-41	48,19% (R\$ 155.430,0000)
27/03/2025 às 10:17:24	59.792.704/0001-97	48,20% (R\$ 155.400,0000)
27/03/2025 às 10:17:33	01.629.069/0001-41	48,21% (R\$ 155.370,0000)
27/03/2025 às 10:18:15	59.792.704/0001-97	48,22% (R\$ 155.340,0000)
27/03/2025 às 10:18:19	01.629.069/0001-41	48,23% (R\$ 155.310,0000)
27/03/2025 às 10:18:24	59.792.704/0001-97	48,24% (R\$ 155.280,0000)
27/03/2025 às 10:19:11	01.629.069/0001-41	48,25% (R\$ 155.250,0000)
27/03/2025 às 10:19:25	59.792.704/0001-97	48,26% (R\$ 155.220,0000)
27/03/2025 às 10:20:59	01.629.069/0001-41	48,27% (R\$ 155.190,0000)
27/03/2025 às 10:21:01	59.792.704/0001-97	48,28% (R\$ 155.160,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 10:22:15	01.629.069/0001-41	48,29% (R\$ 155.130,0000)
27/03/2025 às 10:22:22	59.792.704/0001-97	48,30% (R\$ 155.100,0000)
27/03/2025 às 10:22:58	01.629.069/0001-41	48,31% (R\$ 155.070,0000)
27/03/2025 às 10:23:04	59.792.704/0001-97	48,32% (R\$ 155.040,0000)
27/03/2025 às 10:23:13	01.629.069/0001-41	48,33% (R\$ 155.010,0000)
27/03/2025 às 10:23:17	59.792.704/0001-97	48,34% (R\$ 154.980,0000)
27/03/2025 às 10:23:27	01.629.069/0001-41	48,50% (R\$ 154.500,0000)
27/03/2025 às 10:23:52	59.792.704/0001-97	48,51% (R\$ 154.470,0000)
27/03/2025 às 10:24:01	01.629.069/0001-41	48,53% (R\$ 154.410,0000)
27/03/2025 às 10:24:07	59.792.704/0001-97	48,54% (R\$ 154.380,0000)
27/03/2025 às 10:24:08	01.629.069/0001-41	48,55% (R\$ 154.350,0000)
27/03/2025 às 10:24:13	59.792.704/0001-97	48,56% (R\$ 154.320,0000)
27/03/2025 às 10:24:25	01.629.069/0001-41	48,60% (R\$ 154.200,0000)
27/03/2025 às 10:24:29	59.792.704/0001-97	48,61% (R\$ 154.170,0000)
27/03/2025 às 10:24:33	01.629.069/0001-41	48,62% (R\$ 154.140,0000)
27/03/2025 às 10:24:37	59.792.704/0001-97	48,63% (R\$ 154.110,0000)
27/03/2025 às 10:24:40	01.629.069/0001-41	48,64% (R\$ 154.080,0000)
27/03/2025 às 10:24:45	59.792.704/0001-97	48,65% (R\$ 154.050,0000)
27/03/2025 às 10:24:47	01.629.069/0001-41	48,66% (R\$ 154.020,0000)
27/03/2025 às 10:24:48	59.792.704/0001-97	48,67% (R\$ 153.990,0000)
27/03/2025 às 10:24:52	01.629.069/0001-41	48,68% (R\$ 153.960,0000)
27/03/2025 às 10:24:54	59.792.704/0001-97	48,70% (R\$ 153.900,0000)
27/03/2025 às 10:25:17	01.629.069/0001-41	48,77% (R\$ 153.690,0000)
27/03/2025 às 10:25:48	59.792.704/0001-97	48,78% (R\$ 153.660,0000)
27/03/2025 às 10:25:51	01.629.069/0001-41	48,81% (R\$ 153.570,0000)
27/03/2025 às 10:25:58	59.792.704/0001-97	48,82% (R\$ 153.540,0000)
27/03/2025 às 10:26:02	01.629.069/0001-41	48,85% (R\$ 153.450,0000)
27/03/2025 às 10:26:09	59.792.704/0001-97	48,86% (R\$ 153.420,0000)
27/03/2025 às 10:26:11	01.629.069/0001-41	48,88% (R\$ 153.360,0000)
27/03/2025 às 10:26:19	59.792.704/0001-97	48,89% (R\$ 153.330,0000)
27/03/2025 às 10:26:27	01.629.069/0001-41	48,90% (R\$ 153.300,0000)
27/03/2025 às 10:26:31	59.792.704/0001-97	48,91% (R\$ 153.270,0000)
27/03/2025 às 10:26:43	01.629.069/0001-41	48,92% (R\$ 153.240,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 10:26:51	59.792.704/0001-97	48,93% (R\$ 153.210,0000)
27/03/2025 às 10:26:58	01.629.069/0001-41	48,94% (R\$ 153.180,0000)
27/03/2025 às 10:27:01	59.792.704/0001-97	48,95% (R\$ 153.150,0000)
27/03/2025 às 10:27:06	01.629.069/0001-41	48,96% (R\$ 153.120,0000)
27/03/2025 às 10:27:08	59.792.704/0001-97	48,97% (R\$ 153.090,0000)
27/03/2025 às 10:27:15	01.629.069/0001-41	48,98% (R\$ 153.060,0000)
27/03/2025 às 10:27:17	59.792.704/0001-97	48,99% (R\$ 153.030,0000)
27/03/2025 às 10:27:35	01.629.069/0001-41	49,00% (R\$ 153.000,0000)
27/03/2025 às 10:27:40	59.792.704/0001-97	49,01% (R\$ 152.970,0000)
27/03/2025 às 10:27:53	01.629.069/0001-41	49,02% (R\$ 152.940,0000)
27/03/2025 às 10:27:55	59.792.704/0001-97	49,03% (R\$ 152.910,0000)
27/03/2025 às 10:28:19	01.629.069/0001-41	49,04% (R\$ 152.880,0000)
27/03/2025 às 10:28:22	59.792.704/0001-97	49,05% (R\$ 152.850,0000)
27/03/2025 às 10:29:12	01.629.069/0001-41	49,06% (R\$ 152.820,0000)
27/03/2025 às 10:29:14	59.792.704/0001-97	49,07% (R\$ 152.790,0000)
27/03/2025 às 10:29:26	01.629.069/0001-41	49,08% (R\$ 152.760,0000)
27/03/2025 às 10:29:41	59.792.704/0001-97	49,09% (R\$ 152.730,0000)
27/03/2025 às 10:29:44	01.629.069/0001-41	49,11% (R\$ 152.670,0000)
27/03/2025 às 10:29:47	59.792.704/0001-97	49,12% (R\$ 152.640,0000)
27/03/2025 às 10:29:55	01.629.069/0001-41	49,13% (R\$ 152.610,0000)
27/03/2025 às 10:29:57	59.792.704/0001-97	49,14% (R\$ 152.580,0000)
27/03/2025 às 10:30:05	01.629.069/0001-41	49,15% (R\$ 152.550,0000)
27/03/2025 às 10:30:06	59.792.704/0001-97	49,16% (R\$ 152.520,0000)
27/03/2025 às 10:30:32	01.629.069/0001-41	49,17% (R\$ 152.490,0000)
27/03/2025 às 10:30:33	59.792.704/0001-97	49,18% (R\$ 152.460,0000)
27/03/2025 às 10:31:52	01.629.069/0001-41	49,19% (R\$ 152.430,0000)
27/03/2025 às 10:32:01	59.792.704/0001-97	49,20% (R\$ 152.400,0000)
27/03/2025 às 10:33:11	01.629.069/0001-41	49,21% (R\$ 152.370,0000)
27/03/2025 às 10:33:28	59.792.704/0001-97	49,22% (R\$ 152.340,0000)
27/03/2025 às 10:35:13	01.629.069/0001-41	49,23% (R\$ 152.310,0000)
27/03/2025 às 10:35:15	59.792.704/0001-97	49,24% (R\$ 152.280,0000)
27/03/2025 às 10:35:25	01.629.069/0001-41	49,25% (R\$ 152.250,0000)
27/03/2025 às 10:35:27	59.792.704/0001-97	49,26% (R\$ 152.220,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 10:35:32	01.629.069/0001-41	49,27% (R\$ 152.190,0000)
27/03/2025 às 10:35:33	59.792.704/0001-97	49,28% (R\$ 152.160,0000)
27/03/2025 às 10:35:38	01.629.069/0001-41	49,30% (R\$ 152.100,0000)
27/03/2025 às 10:35:40	59.792.704/0001-97	49,31% (R\$ 152.070,0000)
27/03/2025 às 10:35:46	01.629.069/0001-41	49,32% (R\$ 152.040,0000)
27/03/2025 às 10:35:48	59.792.704/0001-97	49,33% (R\$ 152.010,0000)
27/03/2025 às 10:35:55	01.629.069/0001-41	49,34% (R\$ 151.980,0000)
27/03/2025 às 10:35:57	59.792.704/0001-97	49,35% (R\$ 151.950,0000)
27/03/2025 às 10:36:01	01.629.069/0001-41	49,36% (R\$ 151.920,0000)
27/03/2025 às 10:36:01	59.792.704/0001-97	49,37% (R\$ 151.890,0000)
27/03/2025 às 10:36:08	01.629.069/0001-41	49,39% (R\$ 151.830,0000)
27/03/2025 às 10:36:11	59.792.704/0001-97	49,40% (R\$ 151.800,0000)
27/03/2025 às 10:36:16	01.629.069/0001-41	49,41% (R\$ 151.770,0000)
27/03/2025 às 10:36:19	59.792.704/0001-97	49,42% (R\$ 151.740,0000)
27/03/2025 às 10:36:24	01.629.069/0001-41	49,43% (R\$ 151.710,0000)
27/03/2025 às 10:36:25	59.792.704/0001-97	49,44% (R\$ 151.680,0000)
27/03/2025 às 10:36:36	01.629.069/0001-41	49,62% (R\$ 151.140,0000)
27/03/2025 às 10:36:54	59.792.704/0001-97	49,63% (R\$ 151.110,0000)
27/03/2025 às 10:36:55	01.629.069/0001-41	49,71% (R\$ 150.870,0000)
27/03/2025 às 10:37:12	59.792.704/0001-97	49,72% (R\$ 150.840,0000)
27/03/2025 às 10:37:14	01.629.069/0001-41	49,80% (R\$ 150.600,0000)
27/03/2025 às 10:37:37	59.792.704/0001-97	49,81% (R\$ 150.570,0000)
27/03/2025 às 10:37:38	01.629.069/0001-41	49,82% (R\$ 150.540,0000)
27/03/2025 às 10:37:41	59.792.704/0001-97	49,83% (R\$ 150.510,0000)
27/03/2025 às 10:37:44	01.629.069/0001-41	49,84% (R\$ 150.480,0000)
27/03/2025 às 10:37:46	59.792.704/0001-97	49,85% (R\$ 150.450,0000)
27/03/2025 às 10:37:50	01.629.069/0001-41	49,86% (R\$ 150.420,0000)
27/03/2025 às 10:37:51	59.792.704/0001-97	49,87% (R\$ 150.390,0000)
27/03/2025 às 10:39:25	01.629.069/0001-41	49,88% (R\$ 150.360,0000)
27/03/2025 às 10:39:30	59.792.704/0001-97	49,89% (R\$ 150.330,0000)
27/03/2025 às 10:41:04	01.629.069/0001-41	49,90% (R\$ 150.300,0000)
27/03/2025 às 10:41:06	59.792.704/0001-97	49,91% (R\$ 150.270,0000)
27/03/2025 às 10:42:10	01.629.069/0001-41	49,92% (R\$ 150.240,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 10:42:25	59.792.704/0001-97	49,93% (R\$ 150.210,0000)
27/03/2025 às 10:43:57	01.629.069/0001-41	49,94% (R\$ 150.180,0000)
27/03/2025 às 10:44:05	59.792.704/0001-97	49,95% (R\$ 150.150,0000)
27/03/2025 às 10:44:50	01.629.069/0001-41	49,96% (R\$ 150.120,0000)
27/03/2025 às 10:44:53	59.792.704/0001-97	49,97% (R\$ 150.090,0000)
27/03/2025 às 10:45:29	01.629.069/0001-41	50,00% (R\$ 150.000,0000)
27/03/2025 às 10:45:37	59.792.704/0001-97	50,01% (R\$ 149.970,0000)
27/03/2025 às 10:45:59	01.629.069/0001-41	50,02% (R\$ 149.940,0000)
27/03/2025 às 10:46:04	59.792.704/0001-97	50,03% (R\$ 149.910,0000)
27/03/2025 às 10:46:14	01.629.069/0001-41	50,04% (R\$ 149.880,0000)
27/03/2025 às 10:46:17	59.792.704/0001-97	50,05% (R\$ 149.850,0000)
27/03/2025 às 10:46:36	01.629.069/0001-41	50,06% (R\$ 149.820,0000)
27/03/2025 às 10:46:38	59.792.704/0001-97	50,07% (R\$ 149.790,0000)
27/03/2025 às 10:47:35	01.629.069/0001-41	50,08% (R\$ 149.760,0000)
27/03/2025 às 10:47:38	59.792.704/0001-97	50,09% (R\$ 149.730,0000)
27/03/2025 às 10:47:56	01.629.069/0001-41	50,10% (R\$ 149.700,0000)
27/03/2025 às 10:48:07	59.792.704/0001-97	50,11% (R\$ 149.670,0000)
27/03/2025 às 10:48:54	01.629.069/0001-41	50,12% (R\$ 149.640,0000)
27/03/2025 às 10:49:12	59.792.704/0001-97	50,13% (R\$ 149.610,0000)
27/03/2025 às 10:49:34	01.629.069/0001-41	50,14% (R\$ 149.580,0000)
27/03/2025 às 10:49:47	59.792.704/0001-97	50,15% (R\$ 149.550,0000)
27/03/2025 às 10:50:32	01.629.069/0001-41	50,16% (R\$ 149.520,0000)
27/03/2025 às 10:50:37	59.792.704/0001-97	50,17% (R\$ 149.490,0000)
27/03/2025 às 10:51:03	01.629.069/0001-41	50,18% (R\$ 149.460,0000)
27/03/2025 às 10:51:06	59.792.704/0001-97	50,19% (R\$ 149.430,0000)
27/03/2025 às 10:51:18	01.629.069/0001-41	50,30% (R\$ 149.100,0000)
27/03/2025 às 10:51:27	59.792.704/0001-97	50,21% (R\$ 149.370,0000)
27/03/2025 às 10:51:31	59.792.704/0001-97	50,31% (R\$ 149.070,0000)
27/03/2025 às 10:52:02	01.629.069/0001-41	50,32% (R\$ 149.040,0000)
27/03/2025 às 10:52:17	59.792.704/0001-97	50,33% (R\$ 149.010,0000)
27/03/2025 às 10:52:24	01.629.069/0001-41	50,34% (R\$ 148.980,0000)
27/03/2025 às 10:52:33	59.792.704/0001-97	50,35% (R\$ 148.950,0000)
27/03/2025 às 10:52:35	01.629.069/0001-41	50,36% (R\$ 148.920,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 10:53:07	59.792.704/0001-97	50,37% (R\$ 148.890,0000)
27/03/2025 às 10:53:08	01.629.069/0001-41	50,38% (R\$ 148.860,0000)
27/03/2025 às 10:53:28	59.792.704/0001-97	50,39% (R\$ 148.830,0000)
27/03/2025 às 10:53:30	01.629.069/0001-41	50,40% (R\$ 148.800,0000)
27/03/2025 às 10:54:01	59.792.704/0001-97	50,41% (R\$ 148.770,0000)
27/03/2025 às 10:54:04	01.629.069/0001-41	50,50% (R\$ 148.500,0000)
27/03/2025 às 10:54:33	59.792.704/0001-97	50,51% (R\$ 148.470,0000)
27/03/2025 às 10:54:36	01.629.069/0001-41	51,25% (R\$ 146.250,0000)
27/03/2025 às 10:55:11	59.792.704/0001-97	51,26% (R\$ 146.220,0000)
27/03/2025 às 10:55:17	01.629.069/0001-41	51,75% (R\$ 144.750,0000)
27/03/2025 às 10:55:20	59.792.704/0001-97	51,76% (R\$ 144.720,0000)
27/03/2025 às 10:55:26	01.629.069/0001-41	52,00% (R\$ 144.000,0000)
27/03/2025 às 10:55:32	59.792.704/0001-97	52,01% (R\$ 143.970,0000)
27/03/2025 às 10:55:36	01.629.069/0001-41	53,00% (R\$ 141.000,0000)
27/03/2025 às 10:55:39	59.792.704/0001-97	53,01% (R\$ 140.970,0000)
27/03/2025 às 10:55:50	01.629.069/0001-41	53,05% (R\$ 140.850,0000)
27/03/2025 às 10:55:53	59.792.704/0001-97	53,06% (R\$ 140.820,0000)
27/03/2025 às 10:56:02	01.629.069/0001-41	53,70% (R\$ 138.900,0000)
27/03/2025 às 10:56:06	59.792.704/0001-97	53,71% (R\$ 138.870,0000)
27/03/2025 às 10:56:17	01.629.069/0001-41	53,75% (R\$ 138.750,0000)
27/03/2025 às 10:56:20	59.792.704/0001-97	53,76% (R\$ 138.720,0000)
27/03/2025 às 10:56:28	01.629.069/0001-41	53,80% (R\$ 138.600,0000)
27/03/2025 às 10:56:38	59.792.704/0001-97	53,81% (R\$ 138.570,0000)
27/03/2025 às 10:56:47	01.629.069/0001-41	53,82% (R\$ 138.540,0000)
27/03/2025 às 10:56:56	59.792.704/0001-97	53,83% (R\$ 138.510,0000)
27/03/2025 às 10:57:04	01.629.069/0001-41	53,84% (R\$ 138.480,0000)
27/03/2025 às 10:57:06	59.792.704/0001-97	53,85% (R\$ 138.450,0000)
27/03/2025 às 10:57:15	01.629.069/0001-41	53,90% (R\$ 138.300,0000)
27/03/2025 às 10:57:41	59.792.704/0001-97	53,91% (R\$ 138.270,0000)
27/03/2025 às 10:57:53	01.629.069/0001-41	53,92% (R\$ 138.240,0000)
27/03/2025 às 10:58:01	59.792.704/0001-97	53,94% (R\$ 138.180,0000)
27/03/2025 às 10:58:17	01.629.069/0001-41	54,01% (R\$ 137.970,0000)
27/03/2025 às 10:58:26	59.792.704/0001-97	54,03% (R\$ 137.910,0000)

Data/hora	Participante	Lance
27/03/2025 às 10:58:39	01.629.069/0001-41	54,07% (R\$ 137.790,0000)
27/03/2025 às 10:58:46	59.792.704/0001-97	54,08% (R\$ 137.760,0000)
27/03/2025 às 10:58:55	01.629.069/0001-41	54,09% (R\$ 137.730,0000)
27/03/2025 às 10:59:06	59.792.704/0001-97	54,10% (R\$ 137.700,0000)
27/03/2025 às 10:59:19	01.629.069/0001-41	54,11% (R\$ 137.670,0000)
27/03/2025 às 10:59:20	59.792.704/0001-97	54,12% (R\$ 137.640,0000)
27/03/2025 às 10:59:32	01.629.069/0001-41	54,13% (R\$ 137.610,0000)
27/03/2025 às 10:59:40	59.792.704/0001-97	54,15% (R\$ 137.550,0000)
27/03/2025 às 10:59:54	01.629.069/0001-41	54,16% (R\$ 137.520,0000)
27/03/2025 às 11:00:10	59.792.704/0001-97	54,17% (R\$ 137.490,0000)
27/03/2025 às 11:00:20	01.629.069/0001-41	54,18% (R\$ 137.460,0000)
27/03/2025 às 11:00:25	59.792.704/0001-97	54,19% (R\$ 137.430,0000)
27/03/2025 às 11:00:33	01.629.069/0001-41	54,20% (R\$ 137.400,0000)
27/03/2025 às 11:00:51	59.792.704/0001-97	54,21% (R\$ 137.370,0000)
27/03/2025 às 11:00:59	01.629.069/0001-41	54,30% (R\$ 137.100,0000)
27/03/2025 às 11:01:24	59.792.704/0001-97	54,31% (R\$ 137.070,0000)
27/03/2025 às 11:02:29	01.629.069/0001-41	54,32% (R\$ 137.040,0000)
27/03/2025 às 11:02:35	59.792.704/0001-97	54,33% (R\$ 137.010,0000)
27/03/2025 às 11:02:44	01.629.069/0001-41	54,34% (R\$ 136.980,0000)

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	27/03/2025 às 08:15:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	27/03/2025 às 11:04:45	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 11:12:40	Bom dia senhor licitante, visto que foi ofertado um percentual de desconto acima de 50%, poderia por gentileza me confirmar que possuem ciência que, no momento da entrega este será o percentual de desconto (54,34%) a ser aplicado sobre o valor disposto na tabela SINAPI, conforme estabelece o item 5.11 do termo de referência.
Pelo participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 11:16:56	Bom dia, estamos cientes
Sistema para o participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 11:18:49	Solicito o envio de sua proposta de preços reajustada ao último lance no prazo de duas horas.
Sistema para o participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 11:19:10	Sr. Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:20:00 do dia 27/03/2025. Justificativa: Proposta.
Pelo participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 11:33:40	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:33:40 de 27/03/2025. 6 anexos foram enviados pelo fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 11:48:37	Senhor licitante, por gentileza altere sua proposta, colocando nos campos do valor do item o valor de referência R\$- 300.000,00. os demais campos estão preenchidos corretamente.
Sistema para o participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 11:49:13	Sr. Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:50:00 do dia 27/03/2025. Justificativa: Correção.
Pelo participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 13:28:22	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:28:22 de 27/03/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41.
Sistema para o participante 01.629.069/0001-41	27/03/2025 às 13:32:47	Informo que a proposta atende ao solicitado e será aceita, iniciarei nesse momento a verificação dos documentos de habilitação.
Sistema	27/03/2025 às 13:33:09	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 27/03/2025 13:43:09.
Sistema	27/03/2025 às 13:52:38	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 27/03/2025 14:02:38.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
27/03/2025 às 08:15:00	Item aberto para lances.
27/03/2025 às 11:04:45	Item com etapa aberta encerrada.
27/03/2025 às 11:04:45	Item encerrado para lances.
27/03/2025 às 11:19:10	Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 27/03/2025 13:20:00. Motivo: Proposta.
27/03/2025 às 11:33:40	Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41 finalizou o envio de anexo.
27/03/2025 às 11:49:13	Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 27/03/2025 13:50:00. Motivo: Correção.
27/03/2025 às 13:28:22	Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41 finalizou o envio de anexo.
27/03/2025 às 13:33:09	Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41 teve a proposta aceita, melhor lance: 54,34% (R\$ 136.980,0000). Motivo: proposta aceita.
27/03/2025 às 13:52:38	Fornecedor L V F IANKIEWICZ LTDA, CNPJ 01.629.069/0001-41 foi habilitado.
27/03/2025 às 14:02:47	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

Proc. Administrativo 12- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: PGM-ASSEJUR - Assessoria Jurídica

Data: 27/03/2025 às 14:07:49

Solicito emissão de parecer jurídico conclusivo referente ao presente processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 13- 2.238/2025

De: Kamila R. - PGM-ASSEJUR

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/03/2025 às 15:24:13

Segue PJC

—
Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral OAB/PR 99.140

Anexos:

PJC_req_29_2025.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Kamila Jordana Rodrigues	27/03/2025 15:24:28	1Doc	KAMILA JORDANA RODRIGUES CPF 081.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **35C6-A56C-844D-DCB5**

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

Submete-se à análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é registros de preços para aquisição de materiais de pintura e afins destinados a manutenção de prédios, bens e espaços públicos municipais.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado à procuradoria para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, a Procuradoria, em atendimento ao Artigo 53 da Lei nº 14.133/21, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo.

O Edital do Pregão Eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, bem como, amparada pela Lei 14.133/21.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharam exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento a Procuradora-Geral emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

Esse é o parecer.

Ubiratã, 27 de março de 2025.

(assinado digitalmente)

Kamila Jordana de Souza Rodrigues
Procuradora-Geral
OAB/PR 99.140



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 35C6-A56C-844D-DCB5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAMILA JORDANA RODRIGUES (CPF 081.XXX.XXX-00) em 27/03/2025 15:24:26 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/35C6-A56C-844D-DCB5>

Proc. Administrativo 14- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 27/03/2025 às 16:41:03

O DESPACHO FOI CANCELADO EM 27/03/2025 16:43:13 por Diego da Silva Bezerra (CPF 072.XXX.XXX-17).
A justificativa do cancelamento consta no despacho proc. administrativo 15- 2.238/2025

Proc. Administrativo 15- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 27/03/2025 às 16:43:13

Proc. Administrativo 14- 2.238/2025 cancelado por **Diego da Silva Bezerra**, com a seguinte justificativa:

RETIFICAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA DE:

V.F. IANKIEWICZ

L.V.F. IANKIEWICZ LTDA

Proc. Administrativo 16- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 28/03/2025 às 10:06:29

Segue o termo de adjudicação e homologação assinado pela autoridade superior.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

TERMO_6695_2025_ASSINADO.pdf

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6695/2025.
2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025.
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: **REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**
4. FORNECEDOR: **L V F IANKIEWICZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.629.069/0001-41, estabelecida à Av. Nilza de Oliveira Pipino, no nº 1135, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.
VALOR: R\$ 300.000,00(trezentos mil reais), com um percentual de desconto de 54,34%.
5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 27/03/2025.
6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 27 de março de 2025.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:600760
20959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.03.27
17:02:54 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubatuba

Proc. Administrativo 17- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: - L V F IANKIEWICZ LTDA

Data: 28/03/2025 às 10:12:28

Setores envolvidos:

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMSUP, SEMAD-LICIT-SP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGM-AL

Requisição 29 - Material de pintura

Prezados, segue a ata de registro de preços para assinatura, à disposição.

(licitacao@ubirata.pr.gov.br)

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

ATA_N_37_2025_ASSINADO.pdf

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2025

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Município de Ubatuba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº 14/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº 6695/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº 14/2025, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais nº 58/2022 e 32/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo II do edital de Licitação nº 14/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

L V F IANKIEWICZ LTDA , inscrita no CNPJ nº 01.629.069/0001-41, estabelecida à Av. Nilza de Oliveira Pipino, no nº 1135, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 3543-2699, e-mail: tintasarcoiris_escr@hotmail.com , neste ato representado por Lucineide Vieira Ferraz Iankiewicz, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos.					
LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	UN	VALOR TOTAL R\$	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	MATERIAL DE PINTURA: aguarrás, cabo para rolo cola cascorez, esmalte sintético, fita crepe, fundo, folha de lixa, massa acrílica, massa corrida, pincel, rolo, selador, textura, tinta esmalte sintético/látex, epóxi, trinchas verniz e afins.	1	gb	300.000,00	54,34%

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

Ubiratã, Paraná, 27 de março de 2024.

FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020
959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2025.03.27
17:03:28 -03'00'

Representante legal do órgão gerenciador

Representante legal do fornecedor registrado



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9F82-8196-8292-5ABA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



L V F IANKIEWICZ LTDA (CNPJ 01.629.069/0001-41) VIA PORTADOR LUCINEIDE VIEIRA FERRAZ
IANKIEWICZ (CPF 831.XXX.XXX-91) em 28/03/2025 10:23:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/9F82-8196-8292-5ABA>

Proc. Administrativo 18- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/03/2025 às 09:42:08

Seguem as publicações.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

JORNAL_6695.pdf

PNCP_ATA_N_37.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2025

EDIÇÃO SEMANAL Nº 2.201- ANO: XX

Página 2 de 16

www.ubirata.pr.gov.br

CONTRATANTE (UASG- 987933)

OBJETO: Aquisição de equipamentos permanentes para atender as necessidades das Secretarias da Educação e de Serviços Urbanos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$-74.879,73 (setenta e quatro mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 11/04/2025 às 08h15min (horário de Brasília/DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA MEI/ME/EPP: EXCLUSIVA ME/EPP

ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.brOBTENÇÃO DO EDITAL E ANEXOS: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.ubirata.pr.gov.br> e PAINEL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (PNCP).

Ubiratã, 28/03/2025.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 2.903/2025

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6706/2025

2. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES, DEVIDO A IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA SOBRE O SIPIA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de licitação com fundamento no Art. 74, Inc. III, "f" da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

4. FORNECEDOR: INFOCO CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 17.917.588/0001-45, com sede na Avenida São Josafat, nº. 1637, Município de Mamborê, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 28/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 28 de março de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6695/2025.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

4. FORNECEDOR: L V F IANKIEWICZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.629.069/0001-41, estabelecida à Av. Nilza de Oliveira Pipino, no nº 1135, CEP nº 85440-000, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.

VALOR: R\$ 300.000,00(trezentos mil reais), com um percentual de desconto de 54,34%.

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 27/03/2025.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2025.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 27 de março de 2025.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2025

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): L V F IANKIEWICZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.629.069/0001-41.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6695/2025.

OBJETO: REGISTROS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALOR: R\$ 300.000,00(trezentos mil reais), com o percentual de desconto de 54,34%.

DATA DA ASSINATURA: 27/03/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2025

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): SILVANA APARECIDA RICCI inscrito (a) no CPF sob o nº 831.044.379-04.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6698/2025.

OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento do CAPS.

VALOR R\$ 64.028,00 (sessenta e quatro mil e vinte e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2025

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): FEDERAÇÃO PARANAENSE DE BASKETBALL, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.368/0001-16.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6703/2025.

OBJETO: PAGAMENTO DE TAXAS DE ANUIDADE, INSCRIÇÃO DE EQUIPE EM COMPETIÇÕES E REGISTRO DE ATLETAS PARA DISPUTAR COMPETIÇÕES FEDERATIVAS NA MODALIDADE DE BASKETBALL.

VALOR: R\$ 17.899,00(dezessete mil oitocentos e noventa e nove reais).

DATA DA ASSINATURA: 27/03/2025



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online: Proc. Administrativo 2.238/2025 | Anexo: JORNAL_6695.pdf (1/1)

Ata nº 37/2025

Última atualização 31/03/2025

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 31/03/2025 **Data de assinatura:** 27/03/2025 **Vigência:** de 27/03/2025 a 27/03/2026

Id ata PNCP: 76950096000110-1-000026/2025-000001 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: [76950096000110-1-000026/2025](#)

Objeto:

Registros de preços para aquisição de materiais de pintura e afins destinados a manutenção de prédios, bens e espaços públicos Municipais.

Arquivos

Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
ATA No 372025	31/03/2025	Ata de Registro de Preço

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

[0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Proc. Administrativo 19- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/03/2025 às 09:43:00

Memorando 2.979/2025 - termo de fiscal - material de pintura

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Memorando 2.979/2025

De: Adriana S. - SEMSUP

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 31/03/2025 às 09:20:39

Setores envolvidos:

GP-CG, SEMAD-LICIT, SEMEL, SEMAPA, SEMSUP, SEMVIS, SEMSA-MAN.CF, SEMEC-CAE, SEMDEC-AD, SEMAS-Licitação

termo de fiscal - material de pintura

bom dia,

Segue termo de fiscal para aquisição de material de pintura.

—
Adriana C. Sluzovski
administrativo

Anexos:

TERMO_DE_CIENCIA_DE_FISCAL.pdf

TERMO DE CIÊNCIA – FISCAL DE CONTRATO REQUISIÇÃO Nº 29/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E AFINS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, BENS E ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Declaro para os devidos fins, estar ciente das responsabilidades como fiscal de contrato da Secretaria supracitada para o objeto em epígrafe, comprometendo-me a realizar a conferência do serviço prestado, tomando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro as condições previstas em contrato, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

Secretaria de Administração

Fiscal do contrato: Adnan Nege Abou El Hossn

Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Secretaria de Agricultura, pecuária e abastecimento

Fiscal do contrato: Juliana Felizari Gnoatto

Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Secretaria de Assistência Social

Fiscal do contrato: Fabio Augusto Celestino

Fiscal do contrato substituto: Ellen Thais da Silva

Secretaria de Educação e Cultura

Fiscal do contrato: Andreia Brunieri da Silva

Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Secretaria de Esporte e Lazer

Fiscal do contrato: Julio Cesar Menigite

Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Secretaria de Saúde

Fiscal do contrato: Gilmar Fernandes da Silva

Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Secretaria de Serviços urbanos

Fiscal do contrato: Adriana Candida Sluzovski

Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Secretaria de Desenvolvimento economico

Fiscal do contrato: Alessandra de Andrade dos Santos

Fiscal do contrato substituto: responsabilidade do secretário da pasta

Secretaria de viação e serviços rurais

Fiscal do contrato: Odilio Camargo Alves

Fiscal do contrato substituto: Rozeno Aparecido Silveiro

Ubiratã/Pr., 06 março de 2025.

Assinatura do Fiscal

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000
www.ubirata.pr.gov.br



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7801-3509-3E65-27B6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANA CANDIDA SLUZOVSKI (CPF 066.XXX.XXX-56) em 31/03/2025 09:21:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FABIO AUGUSTO CELESTINO (CPF 030.XXX.XXX-60) em 31/03/2025 09:31:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/7801-3509-3E65-27B6>

Proc. Administrativo 20- 2.238/2025

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 31/03/2025 às 09:43:59

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-SP

Encaminhado para o encerramento do processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação